

## A ADMINISTRAÇÃO DE CONFLITOS NO CURSO DE TECNÓLOGO EM SEGURANÇA PÚBLICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE<sup>1</sup>

ROBSON FARIA TORRES<sup>2</sup>

A todas as vítimas de Câncer, Alzheimer ou qualquer outra doença. Não percam a fé, lutem com todas as forças. E se no final prevalecer a morte, Até breve!

### RESUMO

Trata-se de um estudo sobre os meios de administração de conflitos propostos pela coordenação do Curso de Tecnólogo em Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense. Os conflitos identificados pela coordenação são inerentes à formação do curso que é oferecido exclusivamente para profissionais de segurança pública, público que possui certa resistência à socialização acadêmica. A adoção de formas de administração de conflitos por meio do diálogo nas salas de aulas é observada como meio de construção do respeito mútuo do “cidadão-aluno”. A pesquisa prioriza entrevistas sobre conflitos mais relevantes identificados nas três esferas administrativas pedagógicas de atuação do curso.

Palavras chaves: Administração de Conflitos; Tecnólogo em Segurança Pública e Social; Aluno Policial; Militar Aluno.

### ABSTRACT

This is a study on the means of conflict management proposed by the coordination of the Technologist Course in Public and Social Security at Federal Fluminense University. The conflicts identified by the coordination are inherent to the formation of the course, which is offered exclusively to public security professionals, a public that has some resistance to academic socialization. The adoption of forms of conflict management through dialogue in the classroom is seen as a means of building mutual respect between the “citizen-student”. The research prioritizes interviews about the most relevant conflicts identified in the three administrative-pedagogical spheres of the course.

Keywords: Conflict Management; Technologist in Public and Social Security; Student-Officer; Military-Student.

<sup>1</sup> Projeto de pesquisa apresentado ao Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos da Universidade Federal Fluminense – UFF – como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Segurança Pública e Social. Orientador: Prof. Daniel Misce.

<sup>2</sup> Tecnólogo em Segurança Pública. Bacharel em Segurança Pública.

## INTRODUÇÃO

No período de 2017.2 a 2019.2 realizei o Curso de Tecnologia em Segurança Pública (TSP) na modalidade de Ensino à Distância (EaD) pela Universidade Federal Fluminense (UFF) junto ao Consórcio do Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ), no polo de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro. Enquanto aluno, pude tomar conhecimento e acompanhar alguns casos de conflitos inerentes à formação do curso que é oferecido exclusivamente para profissionais de segurança pública. Esses conflitos identificados pela coordenação do Curso de Tecnólogo em Segurança Pública da UFF eram debatidos em encontros nos polos em que se encontravam as atividades semipresenciais do curso. O conhecimento dos fatos chegou aos coordenadores, tutores presenciais, diretora de polo e alunos. Dentro do próprio curso, a gestão e a formação universitária passaram a orientar as formas de administração de conflitos que fossem aceitas por parte do corpo discente, que normalmente não recepciona bem o conteúdo programático do curso e a socialização acadêmica.

Antes de falar propriamente da minha trajetória no curso, descrevo em poucas palavras o motivo que me levou a escolhê-lo. Como militar da carreira de praças do Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil, tive a oportunidade de realizar alguns cursos na área de segurança que compreendiam metodologias, doutrinas, normas e procedimentos de ações institucionalizadas preestabelecidas em manuais. Dentre os cursos realizados estão os cursos de: Segurança Orgânica -que compreende as medidas voltadas para segurança do pessoal - segurança da documentação, do material, das comunicações, das informações digitais e curso de segurança de Áreas e Instalações, este último com foco em sistema de alarme, sistema de monitoramento por câmeras de vigilância, instalação de barreiras e controle de acessos. Tais cursos propiciaram-me trabalhar nessas atividades por 17 anos nas organizações militares que servi.

Conheci o Curso de Tecnólogo em Segurança Pública através de um amigo policial militar que em 2016 estava fazendo o curso e me disse que o mesmo era oferecido apenas para agentes públicos. Fiquei interessado em fazê-lo, então, concorri a 20% das vagas oferecidas pelo CEDERJ, em ampla concorrência, sendo classificado com a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), entrando na turma de 2017.2, do polo São Gonçalo.

Minhas expectativas foram quebradas ao descobrir que não seria mais um curso aos moldes do que eu já estava habituado. O curso me proporcionou sentar à mesa e aprender coisas novas e a

ter uma nova percepção sobre o que eu conhecia. Ouvi a palestra do professor Marcos Veríssimo sobre o tema “Maconheiros, Fumons Growers” (estudo comparativo de cultivo caseiro de cannabis no Rio de Janeiro e Buenos Aires), que serviu para desmistificar o que eu pensava sobre o tema, pois na vida militar esse assunto é muito marginalizado e estigmatizado. Após a minha entrada no bacharelado em segurança pública e social, tive a disciplina “Antropologia do Direito 2”, ministrada pelo professor Frederico Policarpo, na qual conheci o texto “Dignidade”, “doença” e “remédio” uma análise da construção médica jurídica da Maconha medicinal. Interessei-me por conhecer mais sobre o assunto e foi por meio desses dois casos específicos que tive acesso a uma entidade que proporcionou à minha mãe tratamento para Alzheimer, com o óleo da cannabis.

A aula inaugural de todos os cursos do polo, incluído o tecnólogo, foi meu primeiro contato com os alunos e com o curso. Antes de irmos para sala de aula, todos os alunos ingressantes e veteranos, e membros do corpo docente se reúnem no pátio da unidade de ensino, onde acontece uma cerimônia de abertura do semestre com a presença do prefeito edo secretário de educação do município. Há uma banda de música, com o canto do hino nacional e a apresentação da diretora do polo, bem como a dos representantes da coordenação, dos tutores e dos representantes da UFF. Ao término da cerimônia de abertura, as tutoras coordenadoras e os tutores de cada curso reúnem suas turmas de iniciantes e de veteranos nas salas de aula, onde são orientados a assinar uma lista de presença que lhes dá o direito a um certificado com horas que valerá como atividade complementar obrigatória do curso. Ato contínuo, é transmitido um vídeo, seguido das orientações do curso. Na sala de aula, foi dada a ideia de a turma iniciante relacionar os alunos e criar um grupo de comunicação no Whatsapp. Tal procedimento não é previsto no curso, sendo uma iniciativa positiva da articuladora acadêmica. A tutora coordenadora pega o número de telefone de um dos alunos para que esse voluntário seja um canal de comunicação direto com ela e os alunos. Essa solicitude fez com que muitos problemas fossem equacionados rapidamente, transmitindo mais confiança para os alunos ao diminuir a distância entre eles e a faculdade, como exemplo: dúvida sobre lançamento de notas, horários, livros etc. Após todas as orientações e distribuição da grade de horários das tutorias presenciais, todos são liberados e vão para o refeitório onde é servido um lanche no final do evento.

Iniciado o curso, procurei estar sempre presente nas tutorias e percebi que minha turma tinha vários agentes públicos de instituições diferentes da minha, mas a maioria era de policiais

militares e o saber prático de cada um era um conflito quase que pessoal nos debates em sala de aula. O conteúdo não era condizente com aquilo que eu estava acostumado no quartel, e creio que isso também era algo percebido pelos demais alunos, em especial os policiais militares que sempre eram citados nas matérias do curso. Lembro-me de um policial dizer baixinho após o tutor falar sobre saberes práticos policiais: “quero ver botar a “bunda” na viatura e subir o morro!”. Essas conversas eram mais frequentes via Whatsapp e, nele, surgiram os papos dos problemas ocorridos nos polos, Principalmente, o problema da cola, que, a despeito da orientação que tenha ocorrido, não desapareceu. Em algumas avaliações ficavam dois tutores na sala. Na minha turma, uma aluna estava com o celular entre as pernas na hora da prova, tendo sido surpreendida pelo tutor. Este fez apenas sinal para que ela guardasse o aparelho, não lhe tomou a prova, não discutiu, nem alterou o tom de voz e permitiu que ela fizesse a prova. Ao término, quando a aluna entregou a prova, o tutor avisou à aluna que aquele fato seria lançado na ATA. Posteriormente, o resultado da nota foi zero.

Em uma das visitas acadêmicas da coordenação do curso no polo de São Gonçalo, lembro-me das discussões acaloradas na sala de aula sobre os conflitos ocorridos no curso. Recordo-me, ainda, que em uma dessas visitas o professor Pedro Heitor<sup>3</sup> leu uma *Carta de Compromisso* dos alunos de Campo Grande devido a um incidente de disparo de arma de fogo naquele polo. Ao final da atividade, perguntou se tinha algum voluntário que pudesse ficar com a carta e transmiti-las aos demais alunos que porventura não estivessem presentes. Prontamente me voluntariei e, depois de escaneá-la, passei a enviá-la aos colegas, por e-mail e pelo aplicativo Whatsapp (no grupo criado pela turma).

Assim, pude observar conflitos em sala de aula, como a questão da “cola”, e o incidente em que o aluno colocou a arma em uma cadeira ao seu lado enquanto fazia prova. Isso me fez pensar sobre os conflitos administrados pela coordenação do tecnólogo. Uma das ações foi essa palestra que assisti e, posteriormente, a criação de um Grupo de Estudos de Segurança Pública do Laboratório de Iniciação Acadêmica (GESP-LabiAc) da universidade (UFF). No polo, sob a coordenação do professor Marcos Veríssimo<sup>4</sup>, com encontros quinzenais, o grupo tinha como finalidade promover debates orientados. Então, a convite da tutora coordenadora do curso a todos os alunos do polo, passei a frequentar aquelas reuniões que despertaram em mim a

<sup>3</sup> Foi coordenador do curso entre 2012 e 2018.

<sup>4</sup> Que ocupava a função de Tutor a Distância ligado à coordenação do LABIAC.

necessidade de conhecer mais sobre a pesquisa científica, haja vista que não há trabalho de conclusão de curso na grade curricular do tecnólogo.

Após o término do Curso de Tecnólogo em Segurança Pública, passei a ter um olhar diferenciado sobre a sociedade e a importância da participação da sociedade civil nos processos de políticas de segurança pública. Complementarmente, percebi que os procedimentos das instituições de controle social devem ser realizados de forma democrática e transparente.

Descobri através da tutora coordenadora do curso no polo que eu poderia pleitear uma vaga no curso de bacharelado em Segurança Pública e Social da UFF, por meio do sistema de reingresso. Resolvi, então, dar continuidade em meus estudos na área, tendo sido contemplado com o deferimento do pedido e, assim, iniciado na turma de 2020.<sup>1</sup>.

Há algumas questões que me inquietam sobre como o aluno de segurança pública, que é também um profissional da área, escolher não recepcionar bem a esse tipo de formação universitária. Isso me levou ao interesse em abordar a questão dos conflitos que observei na minha trajetória do Curso de Tecnólogo em Segurança Pública, retornando agora, como pesquisador, em fase de conclusão do curso de graduação, para entender a questão da administração de conflitos ocorridos no tecnólogo por parte da coordenação do curso com o corpo discente.

Para cumprir com as minhas inquietações e objetivos de pesquisa, proponho a separação deste trabalho em dois capítulos e uma conclusão.

No Capítulo 1, tratarei das questões da metodologia empregada para análise da pesquisa, a formação do Curso de Tecnólogo em Segurança Pública, identificando, ainda, duas categorias de alunos no curso: “aluno policial” e o “militar aluno”.

- 1) O “aluno policial” é o aluno que se encontra na universidade e seus conflitos são geridos democraticamente entre as partes e de forma transparente pela universidade.
- 2) O “militar aluno” é o aluno que está na escola de formação das instituições militares e seus conflitos são tratados por meio de resolução da organização militar.

As duas categorias de alunos têm suas práticas profissionais de segurança pública institucionalizadas por meio de uma formação nas escolas que frequentaram ao longo da vida.

---

<sup>5</sup> O sistema de reingresso da UFF, sem concurso público, é normatizado no Regulamento dos Cursos de Graduação e oferecido aos alunos que estejam integralizando uma graduação e desejem vinculação em um novo curso. Contudo, conforme a Lei nº 12.089, de 11 de novembro de 2009, o aluno fica proibido de ocupar, simultaneamente, 2 (duas) vagas em curso, no mesmo curso ou em cursos diferentes em uma ou mais de instituições públicas de ensino superior, em todo país.

Já no Capítulo 2, irei priorizar os relatos dos entrevistados sobre suas visões dos conflitos mais relevantes, nomeadamente: a “cola” e os “conflitos interpessoais”. Busco compreender quais foram as propostas relatadas por eles sobre a atuação do InEAC na administração de conflitos. A seguir, trabalharei algumas opiniões dos meus entrevistados sobre suas propostas para melhoria do Curso de Tecnólogo em Segurança Pública.

Por fim, na Conclusão, apresentarei um balanço da discussão empreendida neste trabalho, apontando para alguns resultados da pesquisa.

## 1. O CURSO DE TECNÓLOGO EM SEGURANÇA PÚBLICA.

### 1.1. Desafios iniciais do curso.

Começo esta pesquisa com uma discussão bibliográfica em torno da relevância acadêmica para o profissional de segurança pública com foco na administração de conflitos. Procurarei abordar aqui os temas da formação do policial, da administração de conflitos de forma geral e aplicada no Curso de Tecnólogo em Segurança Pública. Para isso, analisarei os documentos formadores do Curso de Tecnólogo em Segurança Pública, as pactuações querem de formas de administração de conflitos empregadas concretamente pela coordenação do curso quer pelos polos para tratar das questões com os alunos do curso. As formas de administração de conflitos serão estudadas a partir da identificação dos conflitos mais importantes apontados pelos entrevistados, no capítulo 2.

Para a realização das entrevistas, os meus entrevistados foram escolhidos por ocuparem funções distintas dentro do curso que pudessem apresentar suas visões sobre os conflitos a partir de suas posições, proporcionando, dentro do possível, a verificação das diferenças entre suas perspectivas. Contudo, dos cinco convidados com quem entrei em contato, apenas três concordaram em conceder a entrevista. Apesar de não terem participado da etapa da entrevista, esses dois foram bem solícitos com informações, inclusive, parabenizando-me pela iniciativa da pesquisa. Para compensar essa perda, inclui parte da entrevista do professor Pedro Heitor dada à revista Campo Minado, na qual ele conta sua trajetória no período em que esteve à frente da coordenação do curso de tecnólogo.

Outras duas dificuldades na realização da pesquisa foram elas: manter-me fiel às perguntas que enviei, antecipadamente, aos meus interlocutores, inserindo outras conforme a entrevistas fluíam

- o que espero não ter causado algum constrangimento aos meus entrevistados - bem como, em virtude das restrições de isolamento social e protocolos de segurança devido à pandemia da COVID-19, a impossibilidade de realizar o encontro presencialmente. Contudo, Miller (2020, p. 2) revela-nos que mesmo em condições restritas é possível realizar uma pesquisa original, significativa e perspicaz quanto a qualquer outra. Observei que as pessoas diante dos recursos tecnológicos (câmeras), on-line, parecem mais abertas a revelar coisas particulares do que presencialmente. Isso pode ter sido pelo fato de se estabelecer contatos com pessoas que confiam mais ou pelo fato de já terem estabelecido algum tipo de contato anteriormente. Concordando com o autor, a questão de não ir a campo demandou em me concentrar em minha experiência de observação enquanto aluno do tecnólogo, tentando interagir com as pessoas on-line e fazendo com que essa pesquisa se desenvolvesse mais naturalmente. Porém, a falta de aproximação física não permitiu captar totalmente as emoções demonstradas pelos meus entrevistados, nem observar os ambientes que permeiam suas narrativas, e como isso poderia influenciar em suas respostas.

Primeiramente, meu orientador me fez pensar sobre quais elementos seriam importantes a serem colocados aos entrevistados. Em vista disso, busquei aqueles que ocupavam posições em níveis estratégicos distintos dentro do curso. No contexto da elaboração do assunto abordado e com a ajuda da tutora coordenadora do polo, recebi o número de telefone dos contatos que foram iniciados e estabelecidos por meio da ferramenta Whatsapp. Como dito anteriormente, consultei-lhes sobre a possibilidade de participarem de uma entrevista para minha pesquisa e, prontamente, todos responderam ao primeiro contato.

No segundo contato, enviei-lhes um roteiro de entrevista no qual propunha algumas considerações iniciais. Detalhei as minhas inquietações de pesquisa seguidas de 13 perguntas, conforme descritas abaixo, deixando-lhes à vontade para responderem aquelas que fossem pertinentes a cada um.

Para esta pesquisa, só irei me aprofundar em alguns recortes temáticos que se relacionam com o meu objeto para que não fique demasiadamente longo, tratando apenas dos conflitos mais relevantes observados pelos meus interlocutores na administração de conflitos e as demais perguntas apenas para compreensão do contexto, com o objetivo de entender como as coisas aconteciam:

1) Qual seu nome completo e a sua formação acadêmica?

- 2) Como o Sr. (a) chegou no Curso de Tecnólogo em Segurança Pública?
- 3) Como foi sua trajetória durante o período em que esteve ou está no Curso de Tecnólogo em Segurança Pública?
- 4) Quais os principais desafios que o Sr.(a) enfrentou no Curso de Tecnólogo em Segurança Pública?
- 5) Quais os mecanismos de controle (protocolos) foram estabelecidos pela coordenação do polo para a administração de conflitos?
- 6) Quais foram os conflitos mais relevantes que o Sr. (a) poderia relatar no período em que esteve no Curso de Tecnólogo em Segurança Pública?
- 7) Nos casos polêmicos que apresentavam uma solução difícil, as pessoas da coordenação do curso conseguiram desempenhar um papel que passasse uma ideia de compreensão com relação àquele problema?
- 8) Quais as formas de administração de conflitos foram propostas pelo InEAC?
- 9) De que forma mediadores e coordenadores de polo/diretores lidam (tipo de protocolos adotados) com os conflitos que surgem nos encontros semipresenciais antes de acionar a coordenação de curso?
- 10) A partir das propostas apresentadas pelo InEAC, foram estabelecidos protocolos a serem adotados pelos tutores/mediadores sobre novas ocorrências de conflitos?
- 11) Na sua opinião os procedimentos de “resolução de conflitos”, tais como: abertura de sindicância, suspensão ou exclusão de alunos deveriam ser desencadeados no caso de reincidência pelo mesmo discente? Por quê?
- 12) A partir da experiência vivenciada pelas coordenações e o corpo docente ao longo da existência do curso, é possível propor a inclusão de alguma nova atividade ou melhoria no protocolo de atuação para administrar futuros conflitos?
- 13) Poderia citar algum comentário que ouviu sobre os alunos do Curso de Segurança Pública feito por qualquer tutor?

Neste trabalho, utilizaremos, principalmente, as respostas das perguntas 6, 8, 11 e 12, que buscam tratar dos principais conflitos e as formas de administração de conflitos propostas e referenciadas pelos interlocutores.

## 1.2. O histórico do curso e a aprovação pelo MEC.

No ano 2000, a Universidade Federal Fluminense recebeu o convite da Escola Superior da Polícia Militar do Rio de Janeiro para que realizasse um Curso de Especialização em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública. Sob a coordenação do professor Roberto Kant de Lima<sup>6</sup>, o curso teve a participação de alunos policiais militares e pessoas com formações multidisciplinares, tais como: jornalismo, direito, serviço social, ciências sociais, história, etc. E, nos últimos anos, com delegados da Polícia Civil matriculados no Curso Superior Integrado de Polícia, administrado pelo Instituto de Segurança Pública da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. A Fundação Ford e o Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro financiaram o curso por certo tempo, posteriormente passou a ser financiado pela Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública, da Secretaria Nacional de Segurança Pública (RENAESP) do Ministério da Justiça.

Em 2006 e 2007, a UFF ofertou sob a coordenação do professor Kant de Lima e da Professora Doutora Gláucia Maria Pontes Mouzinho, três turmas semestrais, do curso de extensão de Gestão em Segurança Pública e Justiça Criminal no Estado do Rio de Janeiro, financiadas com recursos da União Europeia, através do convênio entre a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e a UFF.

O Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFF instituiu, nessa mesma época, uma linha de pesquisa em “Segurança Pública, conflitos sociais e democracia”, e, em 2014, o Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito instituiu uma linha de pesquisa em “Segurança Pública” que tem produzido dissertações e teses que se incorporam às de outras instituições de excelência na pesquisa e no ensino de pós-graduação.

Em 2009, o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC), da Universidade Federal Fluminense,

<sup>6</sup> Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1968), mestre em Antropologia Social pelo Museu Nacional UFRJ (1978), doutor em Antropologia pela Harvard University (1986), pós-doutor na University of Alabama at Birmingham (1990), coordenador da rede internacional de pesquisadores INCT-InEAC - Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos, Coordenador do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Administração Institucional de Conflitos (NEPEAC/PROPPI/UFF), Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Veiga de Almeida (UVA), Professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e do Mestrado em Justiça e Segurança da Universidade Federal Fluminense (UFF), Professor Titular Aposentado do Departamento de Antropologia e Professor Aposentado Adjunto do Departamento de Segurança Pública da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense. Fonte: <http://lattes.cnpq.br/5653459744288495>

foi aprovado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, através da iniciativa do Programa “Institutos de Ciência e Tecnologia” - Edital 15/08 proposta pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). O InEAC está vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da Universidade Federal Fluminense e tem como unidade administrativa o Núcleo de Ensino Pesquisa e Extensão em Administração Institucional de Conflitos, vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da UFF (NEPEAC/PROPPI/UFF).

O InEAC promove um Programa de Pesquisa e Formação, nas áreas de Ciências Humanas e de Ciências Sociais, a respeito das formas institucionais de administração de conflitos nos diferentes âmbitos dos sistemas de Segurança Pública e de Justiça Criminal. Seu principal objetivo é a produção de pesquisas empíricas, quantitativas e qualitativas, que avaliam políticas públicas, em nível federal, estadual e municipal na área da Segurança Pública e do acesso à Justiça, bem como desenvolve tecnologias de intervenção social através de tecnologias sociais inovadoras nesses campos com a realização de pesquisas tendo como resultado a produção de inovações sociais, as quais levem à adoção de tecnologias sociais avançadas. Em 2012, foi criado o Departamento de Segurança Pública na Faculdade de Direito, o qual teve a oportunidade da criação do Curso de Bacharelado em Segurança Pública e Social, sendo considerado como um projeto inovador pelos avaliadores da CAPES durante a visita técnica ao Instituto de Ciência e Tecnologia, InEAC (Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos). Em 2016, o Curso de Tecnólogo em Segurança Pública foi agraciado com o Prêmio de Excelência em Inovação em Desenvolvimento Social da UFF. Em 2017, foi criado o Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos como unidade de ensino da UFF para sediar os cursos superiores desenvolvidos como produtos da pesquisa do INCT-InEAC e, no mesmo ano de 2017, ocorreu a desvinculação do Departamento de Segurança Pública da Faculdade de Direito, sendo criado o Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (IAC), por meio da Decisão nº 006 o Conselho Universitário (CUV) da UFF. Hoje, o Departamento de Segurança Pública possui dois cursos de graduação: Bacharelado em Segurança e Social; e o Tecnólogo em Segurança Pública. No âmbito da Pós-Graduação, a unidade acadêmica criada abrange os cursos de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Governamental e o Programa de Pós-Graduação em Justiça e Segurança. Em 2018, o tecnólogo em segurança pública foi

reconhecido pelo MEC com a Nota 4 (muito Bom). Em 2019, iniciou-se a primeira turma do mestrado em Justiça e Segurança, também produto do INCT-InEAC.

O objetivo do projeto do INCT-InEAC é a análise da natureza diferenciada dos conflitos tratados pelos sistemas mencionados, atendendo os realces das pesquisas qualitativas entre as categorias: conflito, crime, violência física etc. Desse modo, procura produzir conhecimento empírico e teórico sobre as lógicas de tratamento e administração institucional de conflitos por parte dos agentes públicos e sua relação com a natureza distinta desses conflitos.

Como resultado desse empreendimento acadêmico, o curso de tecnólogo já formou 1892 alunos e teve, em 2019.2, 1610 alunos ativos, segundo dados da coordenação acadêmica.

O tecnólogo permite e contribui para a democratização do acesso ao ensino superior público, gratuito e de qualidade, buscando socializar profissionais de segurança pública no ambiente acadêmico e torná-los aptos a desenvolverem uma melhor gestão de processos de produção de bens e serviços em seu cotidiano de trabalho em consonância com a sua atuação profissional.

O Curso de Tecnologia em Segurança Pública é de oferta exclusiva para profissionais da carreira de segurança pública. Foi aprovado pelo Ministério da Educação e está registrado no Catálogo de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST)<sup>7</sup> de 2010. Seu objetivo fundamenta-se em capacitar esse profissional da seguinte forma:

O exercício profissional exige visão sistêmica, identificação das características, necessidades e desafios da sociedade contemporânea, formulação das políticas públicas voltadas para compreensão da vida nas cidades, nos bairros, nas comunidades e nas relações entre as pessoas. Envolve o domínio de dispositivos administrativos, penais e processuais penais referentes às ações de segurança pública; conhecimentos que possibilitem a compreensão das teorias e abordagens sociopsicológicas; técnicas, tecnologias e estratégias relacionadas às áreas de atuação; habilidades pessoais para lidar com a complexidade das situações, o risco e a incerteza. O curso deve enfatizar, considerando as diversas possibilidades de atuação profissional, uma ou mais atividades da área de segurança pública, relacionadas a: segurança e ordem pública, segurança comunitária, defesa civil, polícia técnico-científica e polícia investigativa. (CNCST, p. 118).

### **1.2.1. A parceria UFF e CEDERJ para a modalidade do tecnólogo em EaD.**

A Universidade Federal Fluminense é pioneira na oferta do curso no Brasil por meio do Departamento de Segurança (DSP-UFF) e da Fundação do Centro de Ciências e Educação

<sup>7</sup> O Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia , lançado em 2006, é um guia de informações sobre o perfil de competências do tecnólogo. Ele apresenta a carga horária mínima e a infraestrutura recomendada para cada curso. Referência para estudantes, educadores, instituições de ensino tecnológico e público em geral, serve de base, também para o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e para os processos de regulação e supervisão da educação tecnológica. Fonte: [mec.gov.br](http://mec.gov.br)

Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CECIERJ), onde, a partir de uma demanda da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro em contato com a Universidade Federal Fluminense, teve a criação em 2013 firmada por meio da Decisão do CUV n. 47/2013 no Departamento de Segurança Pública da Fundação (CECIERJ<sup>8</sup>- Consórcio CEDERJ<sup>9</sup>) no modelo a distância EaD e semipresencial.

Nesse Consórcio estão reunidas às Instituições: (FAETEC, UFRJ, UFRRJ, UNIRIO, IFF, CEFET, UERJ e UFF) as quais estão distribuídas em polos de ensino pelo Estado do Rio de Janeiro com diversos cursos. Da qual a UFF promove alguns cursos, dentre eles o Curso de Tecnólogo em Segurança Pública nos seguintes municípios do Rio de Janeiro: Angra dos Reis, Belford Roxo, Campo Grande, Niterói, Nova Friburgo, Resende, Rio Bonito, São Gonçalo e Três Rios.

As vagas ofertadas para o Curso de Tecnologia em Segurança Pública são destinadas somente aos profissionais ativos da Segurança Pública: Policiais Civis e Militares do Estado do Rio de Janeiro, Guardas Municipais, Agentes Penitenciários, Bombeiros, Policiais Rodoviários Federais, Policiais Federais, membros das Forças Armadas, Agentes Portuários e Policiais Civis e Militares de outros Estados da federação, conforme Portaria Interministerial nº 158-A, de 9 de fevereiro de 2010. O curso tem duração mínima de 5 semestres e o aluno recebe material didático dado pelo consórcio totalmente gratuito até o quarto 4º período. De acordo com o último Edital nº 1 de 2021.2, foram ofertadas 350 vagas, com 40 vagas de cotas para o concurso ao Curso de Graduação do Consórcio CEDERJ/UAB conforme disposto abaixo:

- A) Angra do Reis: 30 vagas sendo 4 vagas para cotas;
- B) Belford Roxo: 50 vagas sendo 6 vagas para cotas;
- C) Campo Grande: 50 vagas sendo 6 vagas para cotas;
- D) Niterói: 50 vagas sendo 6 vagas para cotas;
- E) Nova Friburgo: 30 vagas sendo 4 vagas para cotas;

<sup>8</sup> Fundação Cecierj – Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro, órgão vinculado à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – (SECTI), desenvolve projetos nas áreas de Graduação a Distância (Consórcio Cederj); Divulgação Científica; Pré-Vestibular Social; Extensão (Formação Continuada de Professores) e Ceja – Ensino de Jovens e Adultos.

<sup>9</sup> O Consórcio Cederj foi criado em 2000, com a finalidade de democratizar o acesso ao ensino superior público, gratuito e de qualidade na modalidade Educação a Distância (EaD). Reúnem, por meio de acordo de cooperação técnica, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação do Estado do Rio de Janeiro (SECTI) e da Fundação Cecierj, e as Instituições de Ensino Superior (IES) Públicas sediadas no Estado do Rio de Janeiro:

REVISTA  
**CAMPO MINADO.**

Estudos Acadêmicos em Segurança Pública

Revista Campo Minado, v. 4, n. 6,  
 Niterói, páginas 166-216, 2º sem. 2024

- F) Resende: 30 vagas sendo 4 vagas para cotas;  
 G) São Gonçalo: 50 vagas sendo 6 vagas para cotas;  
 H) Três Rios: 30 vagas sendo 4 vagas para cotas.

**Figura 1 Oferta de vagas para o curso de tecnólogo em 2021.**

<b>ANGRA DOS REIS</b>	<b>Total</b>	<b>30</b>
	(*A) ENEM - Ação Afirmativa	2
	(*B) ENEM - Ação Afirmativa	2
	ENEM – Ampla Concorrênc ia	9
	Ampla Concorrênc ia	17
<b>NITERÓI</b>	<b>Total</b>	<b>50</b>
	(*A) ENEM - Ação Afirmativa	3
	(*B) ENEM - Ação Afirmativa	3
	ENEM – Ampla Concorrênc ia	15
	Ampla Concorrênc ia	29
<b>SÃO GONÇALO</b>	<b>Total</b>	<b>50</b>
	(*A) ENEM - Ação Afirmativa	3
	(*B) ENEM - Ação Afirmativa	3
	ENEM – Ampla Concorrênc ia	19
	Ampla Concorrênc ia	29
<b>BELFORD ROXO</b>	<b>Total</b>	<b>50</b>
	(*A) ENEM - Ação Afirmativa	3
	(*B) ENEM - Ação Afirmativa	3
	ENEM – Ampla Concorrênc ia	15
	Ampla Concorrênc ia	29
<b>NOVA FRIBURGO</b>	<b>Total</b>	<b>30</b>
	(*A) ENEM - Ação Afirmativa	2
	(*B) ENEM - Ação Afirmativa	2
	ENEM – Ampla Concorrênc ia	9
	Ampla Concorrênc ia	17
<b>CAMPO GRANDE</b>	<b>Total</b>	<b>50</b>
	(*A) ENEM - Ação Afirmativa	3
	(*B) ENEM - Ação Afirmativa	3
	ENEM – Ampla Concorrênc ia	15
	Ampla Concorrênc ia	29
<b>RESENDE</b>	<b>Total</b>	<b>30</b>
	(*A) ENEM - Ação Afirmativa	2
	(*B) ENEM - Ação Afirmativa	2
	ENEM – Ampla Concorrênc ia	9
	Ampla Concorrênc ia	17
<b>TRÊS RIOS</b>	<b>Total</b>	<b>30</b>
	(*A) ENEM - Ação Afirmativa	2
	(*B) ENEM - Ação Afirmativa	2
	ENEM – Ampla Concorrênc ia	15
	Ampla Concorrênc ia	17
<b>(*A) ENEM – Ação Afirmativa/ renda &lt;= 1,5 sm</b>	Vagas destinadas a candidatos oriundos do ENEM que tenham cursado integralmente, com aprovação, todas as séries do Ensino Médio em estabelecimento da rede pública brasileira, cuja renda familiar per capita seja menor ou igual a um salário mínimo e meio vigente	
<b>(*B) ENEM – Ação Afirmativa / preto,pardo, índigena ou pessoa com deficiência</b>	Vagas destinadas a candidatos oriundos do ENEM que tenham cursado integralmente, com aprovação, todas as séries do Ensino Médio em estabelecimento da rede pública brasileira e sejam autodeclarados pretos, pardos, indígenas ou pessoas com deficiência.	
<b>ENEM – Ampla Concorrênc</b>	Vagas destinadas a candidatos oriundos do ENEM.	

Fonte: Criação do autor com recortes do Edital 01 de abertura do Vestibular CEDERJ de 2021.2.

Para os cursos da UFF, a distribuição das vagas se dá da seguinte forma: 12,5% (doze vírgula cinco) do total de vagas ofertadas serão destinadas, em atendimento a Lei 12.711/2012, a candidatos oriundos do Enem que tenham cursado integralmente, com aprovação, todas as séries do Ensino Médio, ou equivalente, em estabelecimentos de ensino da rede pública brasileira. E 50% (cinquenta por cento) das vagas para distribuição, ou seja, 6,5% serão ofertadas para candidatos autodeclarados preto, pardos, indígena e pessoas com deficiência.

### **1.2.2. Profissionais e Ambiente Virtual de Aprendizagem (Plataforma).**

Ao se tornar aluno do CEDERJ, o aluno é matriculado automaticamente na Gestão da Educação a Distância Auto-regulada e Inovadora (GEDAI), cuja finalidade é preparar o aluno para a trajetória dele no EaD, contudo, não é um curso obrigatório e não faz parte da matriz curricular do curso. O aluno contará ainda com os seguintes recursos educacionais: sala de informática e livros físicos e em PDF.

Os professores que atuam na UFF são os coordenadores de disciplina e são os professores na modalidade EaD através das salas de tutorias nas salas das disciplinas, através dos fóruns, salas de tutoria, vídeo tutoria.

O tutor coordenador do polo é o responsável pela orientação geral e acompanhamento dos alunos nas dúvidas do conteúdo; substitui o tutor presencial em alguma eventualidade e faz a ligação entre direção, as tutorias, coordenação da disciplina, coordenador da tutoria e coordenação do curso.

O coordenador do curso é o indivíduo responsável em representar internamente o curso junto ao CEDERJ e gerenciar o curso, os coordenadores de disciplina, enquanto é auxiliado pelo coordenador da tutoria.

O coordenador da tutoria é o responsável pela equipe do curso na universidade e colabora com a coordenação do curso.

O diretor do polo é o responsável pela unidade CEDERJ junto a prefeitura. Ele cuida da manutenção das instalações e se responsabiliza pela organização das atividades junto ao articulador acadêmico, bem como pelo recebimento de documentos.

Durante a semana, fica um tutor presente no polo correspondente a matéria da grade curricular para tirar qualquer dúvida que o aluno tenha sobre a matéria estudada. E um tutor a distância que pode ser acionado, via canal de comunicação, na Plataforma de Estudos como uma espécie de e-mail interno que é respondido de forma assíncrona. Convém ressaltar que nesse modelo de ensino o aluno precisa ler primeiro o material, diferente do modelo presencial que o aluno geralmente recebe o conteúdo diretamente do professor de forma expositiva e as dúvidas são sanadas de imediato.

Conforme ilustrado na Figura 2, o aluno tem acesso 24h no Ambiente Virtual de Aprendizagem (Plataforma de Ensino), na qual, é composta de:

- 1) lado esquerdo: por um Painel (primeira página que aparece quando o aluno entra), uma Secretaria Virtual, um Calendário, Minhas disciplinas e Boas-vindas;
- 2) acima: acessibilidade, sobre (polos e ouvidoria) e ajuda (tutorias para mediadores e coordenadores, perguntas frequentes, programas para baixar e suporte técnico); e
- 3) no canto superior direito ao lado da foto é possível visualizar um pequeno sino de notificação e ao lado indicador de chegada de mensagem, é possível ainda, acessar o perfil do aluno, as notas, as mensagens, as preferências de como o aluno verá a plataforma e a opção de sair da plataforma.

**Figura 2 Plataforma CEDERJ- Graduação**

The screenshot shows the homepage of the CEDERJ Graduation Platform. At the top left is the logo of Fundação CECIERJ. At the top right, there are links for 'Acessibilidade', 'Sobre', 'Ajuda', and a user profile for 'Robson Farias Torres Aluno(a) - UFF - SPU - SGO'. Below the header, the main title 'PLATAFORMA CEDERJ - GRADUAÇÃO' is displayed. On the left, a vertical sidebar menu includes 'Painel' (highlighted in orange), 'Secretaria Virtual', 'Calendário', 'Minhas Disciplinas', and 'Boas vindas!'. The main content area features two columns: 'DESTAQUE' (with a 'GEDAI' news item) and 'NOTÍCIAS DA PLATAFORMA' (with a 'IMPORTANTE PARA OS ALUNOS DE LICENCIATURAS' news item). To the right, there's a box for 'Informações do Aluno' containing a greeting to 'Olá, Robson Farias Torres' and the 'Universidade Federal Fluminense' logo with its website 'http://www.uff.br/'.

Fonte: Guia do Curso de Tecnólogo em Segurança Pública, 2021.

De acordo com a ilustração da Figura 3, o aluno encontrará na Secretaria Virtual as seguintes opções:

A) Informações e Ferramentas:

- 1) Nos calendários e horários de tutorias constam o calendário acadêmico, o horário de tutorias e práticas e o calendário de provas;
- 2) Nas guias e documentos acadêmicos o aluno poderá acessar a Guia do Aluno, a Guia do Curso, Matrizes Curriculares, Ementa das Disciplinas, Regras Acadêmicas, Procedimento para Requerimentos, Estágio para Licenciatura e a Política de Conduta no Ambiente Virtual e Polo CEDERJ;
- 3) Nos recursos externos encontram-se os links para acesso ao:
  - 3.1) Canal CECIERJ (Buscador de recursos multimídia, livros e materiais de apoio produzidos pela Fundação CECIERJ e seus parceiros);
  - 3.2) Revista EAD em Foco (publicação científica em formato eletrônico), queem como principal finalidade difundir a produção acadêmica de pesquisadores da área de educação a distância (EAD), inseridos em instituições do Brasil e do exterior); e
  - 3.3) Revista Educação Pública (Publicação da Diretoria de Extensão da Fundação CECIERJ).
- 4) O Movimento Estudantil (Entidade representativa dos estudantes de EAD das IES no CEDERJ frente à Fundação CECIERJ e ao Governo do Estado do Rio de Janeiro.);

B) Sistemas Complementares;

- 1) SISTACAD – Sistema Acadêmico no qual são lançadas todas as notas dos alunos;
- 2) Biblioteca do Sistema CECIERJ;
- 3) Avaliação Institucional- Pesquisa de Avaliação Institucional;

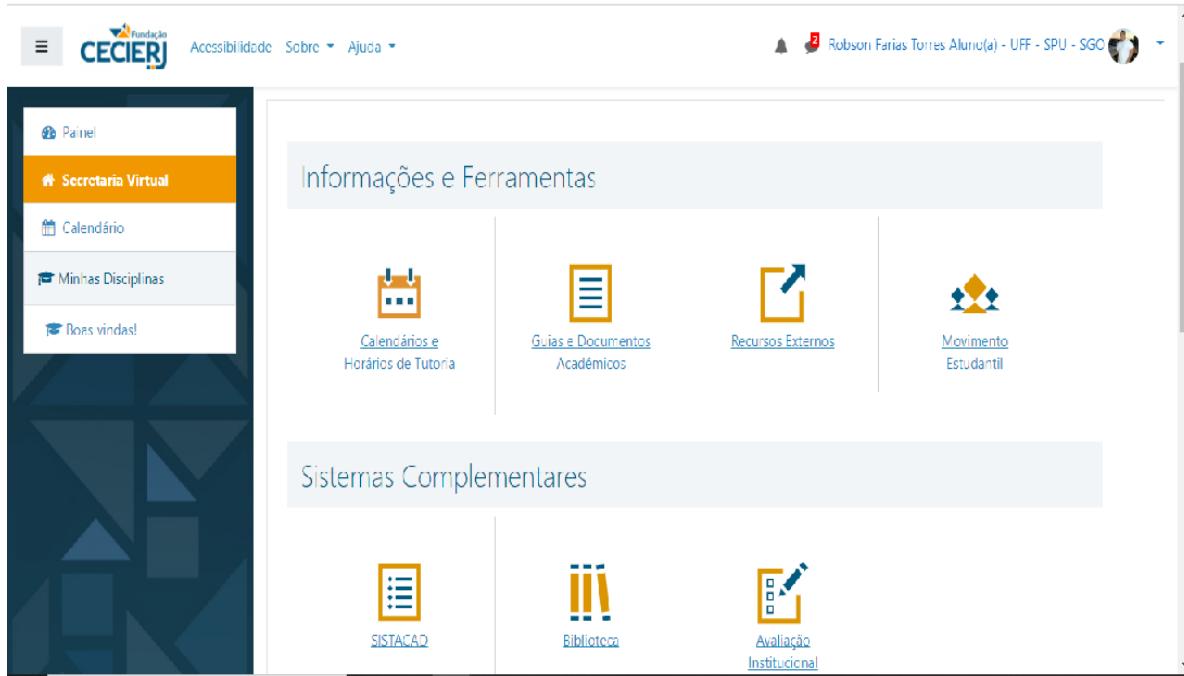
C) Minhas Disciplinas .

1) Oferece um link das disciplinas de todos os cursos oferecidos pelo CEDERJ onde o aluno seleciona o curso correspondente no qual está cursando. Para o Tecnólogo estão listadas as seguintes matérias:

A noção de comunidade e modelos de polícia; Administração de Conflitos Sócio- Ambientais; Análise de Políticas Públicas; Antropologia do Direito; Conflitos e Sociedade; Criminalidades, moralidades, direitos e mercado no Brasil; Discursos de poder e Segurança Pública; Estado, Direito e Cidadania; Estatística aplicada à Segurança Pública; Gestão em Administração Pública; Introdução a EAD; Introdução a Informática; Introdução aos Estudos sobre Segurança Pública; Justiça e Formas Alternativas de Administração de Conflitos; Metodologia de Pesquisa I; Metodologia de Pesquisa II; Mídia e Segurança Pública; Modelos e instituições de Segurança Pública em uma perspectiva Comparada; Oficina de Texto em Segurança Pública I; Oficina de Texto em Segurança Pública II; Oficina de Texto em Segurança Pública III; Oficina de Texto em Segurança Pública IV; Políticas Públicas e Grupos em situação de vulnerabilidade; Práticas repressivas e Segurança Pública; Produção de Diagnóstico em Segurança Pública; Produção e Gestão da Informação em Segurança Pública; Sociologia do crime e da violência; e Território e Segurança Pública.

A Carga Horária Total do Curso de Tecnólogo a distância em Segurança Pública é de 1.605 horas, com duração prevista para 5 semestres e duração máxima de 8 semestres.

Figura 3: Plataforma CEDERJ- Secretaria Virtual



Fonte: Guia do Curso de Tecnólogo em Segurança Pública, 2021.

**Figura 4: Plataforma CEDERJ- Grade Curricular**

Curso de Tecnólogo em Segurança Pública e Social 2020-1 UFF					
Períodos	Códigos	Disciplina	Carga horária	Pré-requisito	Univer Resp pela Disciplina
1º	EAD15001	Estado, Direito e Cidadania, em perspectiva comparada	60	Não	UFF
	EAD15002	Introdução aos Estudos sobre Segurança Pública	30	Não	UFF
	EAD08103	Português Instrumental	60	Não	UNIRIO
	EAD15003	Introdução à Educação a Distância	30	Não	UFF
	EAD01004	Introdução à Informática	75	Não	UFF
2º	EAD15004	Antropologia do Direito	60	Não	UFF
	EAD15005	Conflitos e Sociedade	30	Não	UFF
	EAD15006	Matemática aplicada à Segurança Pública	60	Não	UFF
	EAD15007	Gestão em Administração Pública	60	Não	UFF
	EAD15008	Metodologia de Pesquisa I	30	Não	UFF
	EAD15009	Oficina de texto em Segurança Pública I	90	Não	UFF
3º	EAD15010	A noção de comunidade e modelos de polícia	60	Não	UFF
	EAD15011	Estatística aplicada à Segurança Pública	60	Matemática aplicada à Segurança Pública	UFF
	EAD15012	Discursos de poder e segurança pública	60	Não	UFF
	EAD15013	Metodologia da Pesquisa II	30	Não	UFF
	EAD15014	Mídia e Segurança Pública	30	Não	UFF
	EAD15015	Modelos e Instituições de Segurança Pública em uma perspectiva Comparada.	30	Não	UFF
	EAD15016	Oficina de texto em Segurança Pública II	90	Não	UFF
	EAD15017	Justiça e Formas Alternativas de Administração de Conflitos	60	Não	UFF
4º	EAD15025	Produção e Gestão da Informação em Segurança Pública	60	Não	UFF
	EAD15021	Análise de Políticas Públicas	30	Não	UFF
	EAD15023	Oficina de texto em Segurança Pública III	60	Não	UFF
	EAD15019	Políticas Públicas e Grupos em situação de vulnerabilidade	60	Não	UFF
	EAD15018	Sociologia do crime e da violência	30	Não	UFF
	EADxxxxx	Optativa	30	Não	UFF
	EAD15024	Produção de Diagnósticos em Segurança Pública	60	Não	UFF
5º	EAD15022	Práticas Repressivas e Segurança Pública	30	Não	UFF
	EAD15020	Território e Segurança Pública	30	Não	UFF
	EAD15026	Criminalidades, moralidades, direitos e mercados, no Brasil	60	Não	UFF
	EAD15027	Administração de Conflitos Sócio-Ambientais	60	Não	UFF
	EAD15028	Oficina de texto em Segurança Pública IV	60	Não	UFF
	EAD15029	Atividades Complementares	45	Não	
	<b>CARGA HORARIA TOTAL</b>			<b>1620</b>	
Disciplinas Optativas					
Códigos	Disciplina	Carga horária	Pré-requisito	Univer Resp pela Disciplina	
EAD00031	Libras	60	Não	UFF	
EAD06040	Administração Brasileira	45	Não	UFRRJ	

Fonte: Guia do Curso de Tecnólogo em Segurança Pública, 2021.

Demonstrada na ilustração da Figura 5, o aluno dispõe de um Calendário mensal ampliado, em tabela, no qual aparecerão durante o curso os lançamentos das chaves de eventos e outros calendários simplificados com visualização mensal.

**Figura 5 - Plataforma CEDERJ- Calendário**

The screenshot shows the CEDERJ platform interface. On the left, there's a sidebar with links like 'Painel', 'Secretaria Virtual', 'Calendário' (which is highlighted in orange), 'Minhas Disciplinas', and 'Boas vindas!'. The main area is titled 'Calendário' and shows a monthly calendar for August 2021. The calendar grid includes columns for Seg (Segunda), Ter (Terça), Qua (Quarta), Qui (Quinta), Sex (Sexta), Sáb (Sábado), and Dom (Domingo). The days of the month are listed sequentially from 2 to 22. Above the calendar, there are buttons for 'Mês' (Month) and 'Todas as disciplinas' (All disciplines). To the right of the calendar, there's a 'Novo evento' (New event) button and a 'Chave de eventos' (Event key) section with various icons for hiding different types of events. Below the calendar, there's a 'Visualização mensal' (Monthly view) section for July 2021, showing a simplified weekly grid.

Fonte: Guia do Curso de Tecnólogo em Segurança Pública, 2021.

Na “Minha disciplina” supramencionada, é disponibilizada apenas para alunos em curso. Contudo, por ter vivenciado essa passagem, informo que nela constam as matérias do período do aluno matriculado, com os respectivos livros digitalizados, canal de mensagem com o tutor a distância, canal de vídeo para aulas síncronas agendadas pelo tutor a distância e link para realização das AD.

Por fim, na Figura 6, verifica-se seção “Boas vidas”, na qual constará uma aba com todos os participantes do curso, bem como as boas vindas propriamente ditas e algumas orientações.

**Figura 6 - Plataforma CEDERJ- Boas Vindas!**



Fonte: Guia do Curso de Tecnólogo em Segurança Pública, 2021.

### 1.2.3. Avaliação à Distância (AD) e Avaliação Presencial (AP).

As avaliações à distância (ADs) são aplicadas ao longo do período letivo com nota de 0 a 10. A soma das avaliações a distância poderá corresponder a 20% ou 30% e, excepcionalmente, 40% (vinte, trinta ou quarenta por cento) da nota final do aluno, dependendo do que for estabelecido na ementa e conteúdo programático de cada disciplina que compõe o currículo do curso.

As Avaliações Presenciais (APs) são sempre realizadas no polo, de manhã e à tarde, nos finais de semana. A soma das avaliações presenciais poderá corresponder a 80%, 70% ou 60% (oitenta, setenta ou sessenta por cento) da nota final do estudante, dependendo do que for estabelecido na ementa e conteúdo programático de cada disciplina que compõe o currículo do curso.

O estudante será considerado aprovado se a nota do semestre (NS) for maior ou igual a seis (NS 6), sendo esta nota calculada com as quatro avaliações AD1 e AP1 que compõem N1 e AD2 e AP2 que compõem N2, como se segue:

$$N1 = [AD1 \times (0,2 \text{ ou } 0,3 \text{ ou } 0,4) + AP1 \times (0,8 \text{ ou } 0,7 \text{ ou } 0,6)]$$

$$N2 = [AD2 \times (0,2 \text{ ou } 0,3 \text{ ou } 0,4) + AP2 \times (0,8 \text{ ou } 0,7 \text{ ou } 0,6)]$$

$$NS = (N1 + N2) / 2$$

Os estudantes que obtiverem, no cômputo das avaliações realizadas durante o período letivo, média do semestre igual ou superior a 6 (seis) serão considerados aprovados, sendo esta nota (NS) registrada em seu histórico escolar.

Por fim, em casos específicos que os alunos tenham algum problema e não consigam realizar uma AP, poderá solicitar fazer uma Avaliação Presencial Especial (APE). Para tanto, alguns casos que justificam tais solicitações, tais como:

- a. Portadores de afecções mórbidas, congênitas ou adquiridas, que determinem distúrbios agudos ou agudizados, caracterizados por incapacidade física relativa, de ocorrência isolada ou esporádica, incompatível com a frequência aos trabalhos escolares, desde que se verifique a conservação de qualidades intelectuais e emocionais necessárias para o cumprimento de atividades escolares em novos moldes;
- b. Alunas gestantes, a partir do oitavo mês, ou do surgimento de complicações decorrentes do estado de gravidez; e
- c. Em serviço militar ou funcionário público civil em serviço; atleta representando o país ou a IES onde está matriculado em competições oficiais.

Segue abaixo o demonstrativo do Critério Padrão de Aprovação em Disciplinas Semestrais:

O aluno faz as seguintes avaliações: AD1 e AP1, AD2 e AP2.

Com a AD1 e AP1 calcula-se a média  $N1 = (2 \times AD1 + 8 \times AP1) / 10$ .

Com a AD2 e AP2 calcula-se a média  $N2 = (2 \times AD2 + 8 \times AP2) / 10$ .

Com as médias N1 e N2 calcula-se a média  $N = (N1 + N2) / 2$ .

Se  $N \geq 6$ , o aluno está aprovado e esta é sua NOTA FINAL.

Se  $N < 6$ , o aluno faz a AP3 (avaliação presencial com toda a matéria).

Caso o aluno tenha que realizar a AP3: Se a média aritmética entre a AP3 e a maior das notas N1 ou N2 for  $\geq 5$  o aluno está aprovado e esta é sua NOTA FINAL. Se a média aritmética entre a AP3 e a maior das notas N1 ou N2 for  $< 5$  o aluno está reprovado e esta é sua NOTA FINAL.

Observações: Não há reposição (2ª chamada) de nenhuma AP, portanto a AP3 não substitui nem a AP1, nem a AP2. A AP3 não pode ser feita para melhorar a média, portanto os alunos que já estão aprovados com média  $N \geq 6$  não têm o direito de fazer a AP3. Esse critério foi aprovado

pelo Colegiado de Coordenadores de Curso e pelo Conselho de Estratégias Acadêmicas do CEDERJ e está vigorando desde o início do 2º semestre de 2003.

Durante as AP, os tutores que fiscalizam as provas nas salas são todos do mesmo polo, distribuídos aleatoriamente e independente do curso que presta tutoria. Ao Receber o pacote de prova, o tutor mostra para turma que o pacote se encontra lacrado. Abre o pacote, faz a distribuição de maneira que a frente da prova fique voltada para a carteira. Em seguida, é tocado um sinal sonoro indicando que todos devem iniciar a prova, então se vê no cabeçalho as orientações para a realização. Contudo, essas orientações não estabelecem um padrão, pois cada matéria tem suas peculiaridades, dentre elas a de que em alguns casos são realizadas por consulta ao material didático. Localizei uma das provas divulgada em um SITE chamado “passei direto” de onde menciono abaixo um trecho de orientação. A prova em questão está disponibilizada no anexo desta pesquisa:

AP1 – Produção e Gestão da Informação em Segurança Pública: “Não serão permitidos acessos à internet, consultas ou comunicações entre os alunos assim como consultas a qualquer tipo de materiais impressos, eletrônicos ou digitais”.

Os alunos só podem entregar a prova depois de decorridos no mínimo 30 minutos de prova e caso necessite ir ao banheiro, este é conduzido por um funcionário que fica de apoio nos corredores. Outro fato importante é que ao final do tempo para realização das provas os dois últimos alunos só poderão entregá-las juntos e permanecerão para assinar a ATA<sup>10</sup> de prova.

Verifica-se que o contato entre tutor e aluno ocorre sempre em duas situações: a primeira durante a semana nos encontros presenciais - não obrigatórios - e a segunda para realização das provas presenciais nos finais de semana. Foram nesses contextos que alguns conflitos aconteceram ao longo do curso. Listei abaixo os mais relevantes na análise dos meus interlocutores.

Diferente dos trabalhos que já li, optei por não abordar as condutas pessoais que vivenciei junto com os alunos durante o curso por conhecer toda expertise dos bastidores e ser parcial com o corpo discente na minha análise. Mas em conformidade com Goldenberg (2004), ao citar Becker<sup>11</sup> quanto a observação participante, coletei os dados na vida cotidiana do curso,

<sup>10</sup> ATA é um registro escrito sobre todos os acontecimentos e assuntos debatidos durante uma reunião ou outro tipo de assembleia. Fonte: Significado de Ata (O que é, Conceito e Definição) - Significados.

<sup>11</sup> BECKER, Howard é um dos cientistas sociais que mais tem se preocupado em refletir sobre a questão da objetividade nas ciências sociais. Fonte: GOLDENBERG, Mirian. *A Arte de Pesquisar*, Ed. Record. 8ª, Rio de Janeiro (2004) p. 01-111.

observando seus comportamentos; comparando e interpretando as respostas de diferentes situações, o que dificultou ignorar as impressões que pudessem prejudicar a análise da pesquisa. No meu questionário, evitei a bias<sup>12</sup> do pesquisador, reproduzindo cuidadosamente os eventos observados. Pois durante a entrevista, consegui visualizar a possibilidade da contaminação da pesquisa em razão da minha personalidade, ao inserir mais perguntas do que aquelas programadas anteriormente, o que reforça a posição em Goldenberg (2004) quando Mariza Peirano diz que o pesquisador pode interferir na pesquisa devido à personalidade e seus valores, mas que para evitar isso, a melhor maneira é ter a consciência de até que ponto esse fato pode ser minimizado.

#### **1.2.4 Política de conduta no ambiente virtual e presencial no consórcio CEDERJ.**

Tendo verificado alguns documentos formadores do Curso de Tecnólogo em Segurança Pública do CEDERJ-UFF, tais como: Regimento Acadêmico Administrativo CEDERJ 2019 Guia do aluno, Guia do curso, Regras Acadêmicas e Política de conduta no ambiente virtual e presencial no consórcio CEDERJ, foi possível encontrar regras básicas de condutas a serem cumpridas pelos alunos e medidas disciplinares em caso de infração às normas estabelecidas na política de conduta, a saber:

Para tanto, todos os casos que são puníveis devem ser provocados pela “infração”. Fatos que causem situações de desconforto, humilhação ou ridículo a outros membros da comunidade CEDERJ, comportamento inadequado, plágio, bullying, assédio, desrespeito ao interagir pelos meios: fóruns, vídeos tutorias, salas de tutoria, e-mail ou qualquer outra ferramenta de uso virtual.

Sendo vedado, ainda, ao estudante nos encontros presenciais: utilizar termos chulos; fazer comentários preconceituoso, sarcásticos em tom pejorativo; tratar durante fóruns e tutorias presenciais de assuntos fora do tema ou fazer propagandas e divulgação de eventos que não corresponde ao perfil acadêmico e da disciplina do curso. Sendo considerada “quebra de conduta disciplinar” qualquer ruptura das recomendações mencionadas.

---

<sup>12</sup> Termo da língua inglesa que designa viés, parcialidade ou preconceito. Termo de uso comum entre cientistas sociais. Fonte: GOLDENBERG, Mirian. *A Arte de Pesquisar*, Ed. Record. 8ª, Rio de Janeiro (2004) p. 01-111.

Para os casos em que houver a “quebra de conduta disciplinar” será chamado pela coordenação a que estiver vinculado ou pela diretoria no caso de servidor ou colaborador do CEDERJ, para ser ouvido, e se for o caso, repreendido verbalmente.

Caso seja reincidente a pessoa será advertida por escrito, e a coordenação/direção conforme o caso abrirá processo disciplinar para apurar os fatos e outras providências, assegurando o direito de ampla defesa. Os participantes que incorrerem em quebra de conduta disciplinar serão tomados de acordo com as normas de cada universidade participante do consórcio ou da Fundação CECIERJ no caso de servidor ou funcionário.

Finalizando, não é vedado ao aluno criticar, elogiar ou fazer sugestões. Para isso, o mesmo deve de forma respeitosa utilizar de fóruns, sala de tutoria e e-mails específicos para esse fim.

### **1.3. Discussões teóricas e formação policial: “aluno policial” ou “militar aluno”?**

A configuração do universo da pesquisa retrata o ambiente acadêmico envolvendo profissionais de segurança pública que incidiram em algum tipo de comportamento considerado indisciplinado durante o Curso de Tecnólogo em Segurança Pública, quer seja em sala de aula no polo ou no que se refere aos instrumentos pedagógicos empregados pela coordenação do curso com sede na Universidade Federal Fluminense. Proponho compreender como tais comportamentos viabilizaram o emprego de formas institucionais de administração de conflitos não tradicionais, impostas pelas normas de direito administrativo, tais como: a abertura de processos de sindicância, exclusão de alunos, inquéritos policiais ou a exposição na mídia causando impacto negativo aos alunos, ao curso e a instituição de ensino. As formas de administração de conflitos baseadas no diálogo permeado nas salas de aulas e nas reuniões que a coordenação do curso direcionou de forma igualitária; a construção do respeito mútuo do “cidadão-aluno” que deve respeitar as leis e compreender que naquele espaço a figura do agente público, profissional de segurança pública, devem dar lugar ao conhecimento científico passado pela universidade, a qual tem o papel de demandar responsabilizações transparentes de modo universal a todos.

Simmel (1983) propõe que o conflito é inherente da vida social por meio da sociação<sup>13</sup>, ou seja, a interação entre as pessoas, de modo que os fatores da dissociação são as causas do conflito que não podem ser por um apenas indivíduo. E este conflito é encerrado pela solução do dualismo divergente. Antes de entrar na identidade social do “aluno policial”, verificarei melhor a categoria “aluno” de forma a identificar suas diferenças e semelhanças e, em seguida, incluir mais uma categoria, além do “aluno policial”, que vou chamar de “militar aluno”. A primeira configura o indivíduo que frequenta a universidade e é socializado por ela. E a segunda, o “militar aluno”, ou seja, o policial ou membro das forças armadas, é o indivíduo que frequenta unidade de ensino militar, mas não é tratado como aluno e sim pela atividade funcional que exerce (militar), ficando à mercê das resoluções de conflitos institucionalizadas.

Com isso, para compreensão da pesquisa classifico o “aluno policial” e o “militar aluno” como duas categorias de indivíduos institucionalizados nas práticas profissionais da segurança pública, que chegaram nessas organizações de segurança pública com a formação das escolas que frequentaram ao longo da vida, por conseguinte, com os vícios comportamentais de suas socializações, onde nessas organizações foram interiorizados com novos conhecimentos. O “aluno policial” encontra-se na universidade e seus conflitos são administrados, pacificados, geridos democraticamente entre as partes e de forma transparente pela universidade. O “militar aluno” está na escola de formação das instituições militares e seus conflitos são tratados por meio de resolução na organização militar.

Ao falar sobre o “aluno”, Policarpo et al. (2014) apontam que a escola cumpre o papel de socialização política das crianças (alunos) com valores cívicos para a produção da ordem social, pois podem garantir aos futuros adultos se comportarem como cidadãos, submetendo-se às regras e às leis estabelecidas no espaço público. Por conseguinte, Pires et. al. (2008) escreveram que na escola, portanto, ocorrem muitos dos interesses e pontos de vista que motivam o aluno a frequentá-la, tais como: excesso de faltas em uma determinada matéria, não deixar de ir em uma aula, encontrar amigos, namorados, relações afetivas, interesses emocionais, consultar biblioteca, prática de esportes etc. Logo, a escola é um lugar onde emergem diferenciados conflitos e essas

<sup>13</sup> Conceito desenvolvido por Simmel. Para ele, uma sociedade toma forma a partir do momento em que os atores sociais criam relações de interdependência ou estabelecem contatos e interações sociais de reciprocidade. Concebendo a sociedade como produto das interações individuais, o sociólogo formula tal conceito para designar mais apropriadamente as formas ou modos pelos quais os atores sociais se relacionam. É importante destacar que as interações sociais de interdependência não representam necessariamente, a convergência de interesses entre os atores sociais envolvidos.

dissociações ao incidirem na dualidade descrita por Simmel estará destinada a solução. Estes podem ser discutidos ou minimamente solucionados nos chamados conselhos de classe, nas reuniões de pais e mestres, em reuniões entre alunos e professores, nos grêmios estudantis ou mesmo no gabinete do diretor da escola.

Na metodologia pedagógica empregada pela Universidade Federal Fluminense para administrar os conflitos decorrentes dos problemas mencionados pelos entrevistados, isto é, a “cola”, “o problema interpessoal”, os “debates acalorados”, e o problema com “arma”, vê-se o tratamento dispensado a categoria “aluno policial”, na medida adotada pela coordenação do curso com a administração de conflitos, com uma postura baseada no diálogo e na condução transparente de reuniões igualitárias entre a coordenação, a direção, os tutores e os alunos, onde todos foram ouvidos e levados à reflexão e cessação dos episódios sociológicos. Resultante dessas reuniões, também houve a disponibilização da figura de um representante do Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (InEAC-UFF) para ir aos polos conversar com os alunos e concomitante a isso, a implementação do Grupo de Estudos em Segurança Pública (GESP) com estudos orientados.

Com isso, as ações adotadas pela coordenação do curso conciliam a ideia de Filloux (2010) ao referir que o que Durkheim considera na relação pedagógica o “espírito de disciplina” não é disposto em total submissão a “autoridade autoritária”, mas que o poder do professor seja estabelecido em um ideal próprio, que fundamenta o princípio da autonomia da vontade, cuja posição abarca a sensibilidade para que o professor não permita injustiça contra o aluno.

Os autores Dickmann e Dickmann (2019 p. 23), ao parafrasear Paulo Freire, têm a concepção de que educador e educando são indivíduos que constroem um processo de aprendizagem juntos, de forma horizontal, sem autoridade, com responsabilidade e diálogo.

A educação em Paulo Freire se fundamenta na relação entre sujeitos em diálogo sobre o seu mundo. Educação é comunicação entre sujeitos o que não implica concordância entre os que se comunicam, mas postura crítica. Educar é problematizar, e dialogar em torno da realidade. [...] Isto implica dizer que esta percepção se contrapõe à percepção tradicional de educação onde há o professor como sujeito “iluminado” que deve transferir ao objeto aluno para que ele decore arquivo e conhecimentos que o professor acredita que seja necessário conhecer. Por outro lado, em Freire, tanto o educador como a educadora como o educando e a educanda se humanizam no processo educativo e, por isso, se relacionam com dignidade da pessoa humana, o que impossibilita a relação vertical e o apelo à autoridade [...] O processo educativo deve ter um caráter crítico para possibilitar que educandos e educandas, vão, aos poucos, conhecendo e desvelando a realidade e, cada vez mais, se comprometendo com a sua transformação.

Muniz (1999) trata o problema do universo cultural e institucional da polícia do Rio de Janeiro para conectar os aspectos culturais e informais do “fazer ostensivo da polícia” e da “baixa

visibilidade”. Ela aborda que a “força policial” é a autoridade formal e legal do Estado e que representa a demanda da sociedade. Esses fatores transformam-se na “prática policial”, onde do encontro “policiais e cidadãos” surgem os princípios da legalidade e da legitimidade. Nas interações dos “agentes da lei” com a “população”, os policiais têm o seu campo de atuação exatamente no seu espaço de construção, o mesmo da cidadania, lugar de teste ou da prova de fogo. Dessa maneira, coloca que o “agente policial”, ao construir sua cidadania universitária, sente-se já investido dessa legitimidade e legalidade que lhes dão status permanente de “agentes da lei” e levam consigo para sala de aula: a prática policial, o saber prático e a personificação do “aluno policial”.

Por outro lado, Muniz aponta, ainda, em seu texto que: a medida “vigiar quem vigia” está firmada em uma suspeita estruturante do paradoxo indispensável do controle do meio de “força policial”, pelo Estado, que representa o controle do comportamento do “agente da lei” pela instituição à qual pertence. Esse controle é decorrente daquilo que Kant de Lima (1989) refere-se ao falar sobre as práticas policiais representadas e hierarquizadas na sociedade, no sentido de que a “prática policial” estabelece o caráter contaminador e desorganizador da ordem estabelecida na polícia quando comete, em determinado momento, um ilícito. Nesse ponto, refletem os conflitos, sujeitando-se às acusações sistemáticas e tendo como consequência mais evidente a de tornar clandestina a identidade propriamente policial. Pode-se refletir que, na universidade, essa força excede quando o “aluno policial” contraria as regras acadêmicas, como por exemplo: não colar ou deixar de tratar o tutor e demais alunos com urbanidade, ocasionando indisciplina e a insatisfação do flagrado ao ser interpelado pelo tutor, ou seja, do agente da lei vigiado.

Veríssimo (2015) trabalha com a categoria nativa “choque cultural” para explicar a compreensão antropológica apurada sobre o funcionamento do controle social das forças de segurança e os dilemas que trazem no ensino das universidades. Ele aponta que o “choque cultural” não decorre de uma “exclusão social” do “aluno policial”, mas sim da inclusão social, pessoal, psíquica e corporativa na categoria “policial”, significa que quanto mais interiorizado for seu processo de inclusão nas lógicas de sociabilidades policiais, tende a ser maior o “choque cultural”. Ou seja, aquilo que Muniz aponta como problema do universo cultural da polícia.

Ele percebe que o que estava em jogo para o “aluno policial”, era o fato da relação de poder, uma vez que no momento da prova iam além da relação “fiscalizadores e fiscalizados”. Mais uma vez

as ideias dos autores Veríssimo e Muniz se incidem no ponto “vigar quem vigia” e “fiscalizadores e fiscalizados”, entretanto, Veríssimo traz uma nova construção ao detectar que o tutor, enquanto envolvido no processo de institucionalização, pode perceber “choque cultural” e a partir daí, associado à proposta pedagógica do curso, propor o direcionamento ao ensino dialógico, pacífico, transparente, responsável e democrático.

Para entender a categoria “militar aluno”, refiro-me à Silva (2011) ao caracterizar a identidade do policial militar em uma construção dual; “policial” e “militar”, como característica identitária, híbrida, originada das tradições de Portugal e, em parte, de uma identidade militar (Exército Brasileiro) distinta das funções da polícia civil. Essa relação híbrida torna a identidade policial com aspectos de ambas às instituições, tornando-as ainda mais complexas, pois essa dualidade leva a disciplina militar para as ruas, conjugando os afazeres em dois mundos, “os de dentro” e “os de fora” dos quartéis, em que essas designações são a extensão uma da outra com todos os perigos e desconfianças que lhes suscita da anomalia de não fazer nada direito.

Nesse sentido, pode-se compreender que essa ligação histórica entre as forças policiais e as forças armadas também produziram um sistema de controle social padronizado em normas e doutrinas, sendo o modelo semelhante para cada força no controle disciplinar dos agentes de segurança pública. Como exemplo de um tipo de controle, foca-se nas que foram estabelecidas nos Regulamentos Disciplinares (RD): da Marinha, do Exército, da Força Aérea, da Polícia Militar e do Bombeiro Militar, buscando-se moldar os comportamentos dos militares com a aplicação de penas em detrimento da hierarquia e disciplina.

Durante 30 anos, fui militar da Marinha do Brasil e hoje me encontro na reserva. Relatarei, grosso modo, como são estabelecidas as resoluções de conflitos empregadas hierarquicamente dogmatizadas no Regulamento Disciplinar para Marinha e no Regulamento Disciplinar para Polícia Militar do Rio de Janeiro.

O Regulamento Disciplinar para a Marinha (RDM) foi criado por meio do Decreto nº 8.545 de 26 de julho de 1983, nele estão classificadas as contravenções disciplinares, as classificações de comportamento militar e aplicação das penas. São 84 itens do art. 7º que, na esfera de ação disciplinar, alcançam os militares da ativa, reserva e reformados que venham a incidir nas faltas deste regulamento.

Com isso, ao exemplificar o conflito comentado pelos interlocutores do ato de “colar”, se tivesse ocorrido em uma instituição de ensino da Marinha, o “militar aluno” poderia ter sua prova

recolhida; receberia uma notificação formal, onde a autoridade competente o lançaria no Livro de Registro de Contravenções Disciplinares (LRCD) e possivelmente teria o enquadramento da falta no item: 7 do Art. 7º por deixar de cumprir ordem recebida da autoridade competente (a proibição de colar). A interpretação da pena: grave ou leve, segundo o Art. 8º, é feita conforme o dano à disciplina ou ao serviço que delas advierem ou forem cometidas. Posteriormente, esse “militar aluno” receberia o (LRCD) para prévia defesa por escrito e, após isso, aguardaria o dia da audiência com o Comandante de sua unidade para o recebimento da sanção. As penas disciplinares variam de acordo com a patente ou grau hierárquico, podendo variar desde uma repreensão, impedimento, prisão simples (até 10 dias não encarcerado), prisão rigorosa (até 10 dias encarcerado) a dispensa das funções da atividade e exclusão e licenciamento do serviço ativo, a bem da disciplina.

Para outra situação que fosse considerada crime militar, o Comandante da unidade determinaria a abertura de um Inquérito Policial Militar (IPM), se houvesse dúvida entre crime ou contravenção seria aberta uma Sindicância e identificado o tipo de infração, essa seguiria para o (LRCD) ou a Sindicância viraria um (IPM). Nesse caso, exemplificam-se os casos do disparo de arma de fogo e o tapa na mão da tutora, teria que ser apurado as circunstâncias do fato.

Já o Regulamento Disciplinar para a Polícia Militar do Rio de Janeiro (RDPM-RJ) criado pelo Decreto Estadual nº 6.579 de 5 de março de 1983, elenca uma relação de 125 transgressões. Comparando com o mesmo exemplo da “cola”, possivelmente o policial seria enquadrado nos itens: 2) Utilizar-se do anonimato; 18) Não cumprir ordem recebida e 83) Desconsiderar ou desrespeitar a autoridade civil.

Com a ajuda, extraordinária, do colega do curso de tecnólogo, o subtenente Eugene Goodman<sup>14</sup>, que me enviou pelo Whatsapp a informação de que no caso de transgressão disciplinar cometida por um policial militar, este recebe um Direito de Resposta e Defesa (DRD), onde terá que preencher e justificar formalmente a transgressão que lhe foi imputada. Após isso, o comandante julgará o mérito conforme as transgressões e penas descritas no RDPM.

No Regulamento Disciplinar do Exército, criado pelo Decreto nº 90.608 de 4 de dezembro de 1984, elenca uma relação de 113 transgressões, possivelmente o militar seria enquadrado nos

<sup>14</sup> Policial Militar do Rio de Janeiro que colaborou com a pesquisa preferiu manter-se anônimo. O nome Eugene Goodman, escolhido aleatoriamente, refere-se a um policial americano chamado de herói por ação no Capitólio dos EUA (centro legislativo) Fonte: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021>.

itens: 2. Utilizar-se do anonimato; 85. Desrespeitar, em público, as convenções sociais e 40. Portar-se de maneira inconveniente ou sem compostura.

Por fim, de modo geral, todos os Regulamentos Disciplinares (RD) possuem itens semelhantes dados à origem militar que foram feitos, mas com o passar dos anos sofreram algumas modificações decorrentes da particularidade de cada força.

Pode-se verificar ainda que, do recorte das categorias “aluno policial”, para ilustrar os conflitos administrados que ocorrem na faculdade, a utilização do termo “Administração”, sinônimo de: condução, gestão, direção, leme e regência. E o “militar aluno” como categoria na qual aparece primeiro a figura do militar que responderá por seus atos na resolução de conflitos. A utilização do termo “Resolução” por meio do qual se decide um ato duvidoso ou uma questão sinônimo de: arrojo, resposta, resultado, deliberação e conclusão.

Tanto o “aluno policial” ou “militar” de qualquer categoria ou força poderão responder pelas transgressões cometidas, ainda que em instituições públicas ou particulares, não militares, em observância à Ética Militar onde o sentimento do dever, o pundonor militar e o decoro da classe impõem a cada um dos integrantes das Forças Armadas, conduta moral e profissional irrepreensíveis, descritas no Estatuto dos Militares. Em uma comunicação formal de fato envolvendo militar que possam denegrir a imagem da corporação, este estará sujeito às sanções de previstas nas normas supramencionadas

Diante da pesquisa, fica reconhecida que a administração de conflitos ofertada pela coordenação do curso de tecnólogo da universidade traduz uma opção humanizada de não impor regras de castigo dogmatizadas para punição de seus alunos.

## **2. PERCEPÇÕES DOS ENTREVISTADOS SOBRE OS CONFLITOS.**

### **2.1. Meus interlocutores e as minhas primeiras observações.**

Vimos na primeira parte da pesquisa tudo que diz respeito ao curso de tecnólogo em Segurança Pública. Desde os desafios iniciais, a história com um pouco de discussão teórica formação policial, as parcerias e os documentos formadores.

Na segunda etapa, converso com meus interlocutores e faço um recorte das cinco perguntas mais pertinentes à reflexão da administração de conflitos. Optei em pesquisar sobre a administração de

conflitos no curso de tecnólogo por dois motivos. O primeiro motivo foi por estranhar a diferença do tratamento dado aos conflitos pelo curso, pois o fato de ter vindo de uma instituição militar, cujas regras são rígidas e o militar vive constantemente sob a tensão de ser enquadrado em alguma contravenção disciplinar despertou o desejo de pesquisar esse assunto.

O segundo motivo que me levou a tratar essa questão foi por achar diferenciada a forma com que uma Instituição Pública Federal de Ensino lida com os conflitos que surgem dentro das salas de aula, ao mesmo tempo que aplicam esses conhecimentos de forma acadêmica para que os alunos sejam difusores desses princípios em suas atividades futuras.

Durante minha trajetória no curso de tecnólogo, aconteceu um caso de cola que foi administrado pelo tutor de modo que não causou confusão ou alarde. Uma aluna que foi flagrada com um celular entre as pernas e estaria colando, não teve sua prova retirada. Foi solicitado pela tutora para que ela guardasse o celular, quando a aluna concluiu a prova e foi entregá-la, a tutora disse que o fato constaria em ATA e a coordenação que decidiria se ela levaria a nota ou não. Posteriormente, a nota da aluna veio zerada e a mesma não contestou.

Outra questão que trago para pesquisa, como ex-aluno, é que eu pensava, devido estar a muitos anos na vida militar, que Segurança Pública era coisa unilateral; de militar; de polícia, e que tudo se resumia a métodos e técnicas de ação para combater o inimigo e seu desejo de lutar. Assim como acreditava que não cabia à faculdade emitir opinião sobre nada, entretanto, eu estava ali para aprender e queria conhecer uma verdade diferente do que estava acostumado.

Dentro da sala de aula, foram visíveis os conflitos decorrentes das percepções entre a atuação da polícia na sociedade e o conteúdo programático do curso. Esses conflitos ocorreram com mais intensidade nas aulas de Introdução aos Estudos sobre Segurança Pública pois o “aluno policial” contestava a versão da truculência, do pé na porta, da abordagem, dos direitos humanos e a dinâmica de que a polícia já chega atirando. Para eles essas práticas decorrem da tensão vivenciada no momento de cada ação policial e é parte do cotidiano do policial. Esses momentos de diálogo foram mediados pelo tutor Charles Rodrigues<sup>15</sup> que procurava exemplificar aos

<sup>15</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia na Universidade Federal Fluminense (UFF). Possui pós-graduação no curso de especialização em Justiça Criminal e Segurança Pública na Universidade Federal Fluminense (UFF) e graduação em Comunicação Social-Faculdades Integradas Hélio Alonso (2000). Tem experiência na área de Jornalismo, com ênfase nas editorias de polícia, geral e esporte. Já atuou como repórter, chefia de reportagem e edição de matérias. Tutor Presencial no Curso a Distância de Segurança Pública no Consórcio de Universidades Públicas do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ). Fonte: <http://lattes.cnpq.br/3479091937254304>

alunos que tais saberes, segundo Porto (2011), eram precários de formação profissional, pois não preparavam os policiais adequadamente para lidar com as pessoas e os conflitos cotidianos e, com isso, resultava no aumento da violência policial. De forma que pensar o policial questionando sua legitimidade no uso da força era considerar que as demandas policiais poderiam ser transgressoras e violadoras dos direitos humanos.

Rodrigues seguiu na sua argumentação diante da turma referenciando Kant de Lima (2013), o qual defende que a presença dos saberes tradicional e das éticas corporativas compartilhadas pelos policiais são problemas da atualidade brasileira de forma que tais práticas acabam se tornando ideal de comportamento. No entanto, essas ações associadas à ausência de protocolos que estabelecem um padrão de atuação da força policial encerram em uma falta de transparência para administração desses conflitos. (informação pessoal)<sup>16</sup>.

Após sua explanação, os comentários corriam apenas entre os alunos, quando um policial olhou para o lado que eu estava próximo e disse baixinho: “quero ver sentar a “bunda” na viatura e subir o morro”.

Como havia informado anteriormente, os meus entrevistados foram escolhidos por ocuparem funções distintas dentro do curso e que pudessem apresentar suas visões sobre os conflitos a partir dessas posições que ocupam, proporcionando se possível a verificação das diferenças de perspectivas. Dentre eles, destaco o professor Veríssimo que representa o InEAC como mediador desses conflitos, indo em alguns polos promovendo reuniões com textos orientados por ele. O resultado dessa implementação traduz um trabalho preventivo ao inibir o surgimento de novos conflitos.

Os conflitos narrados pelos meus entrevistados foram a “cola”, os conflitos decorrentes das “relações interpessoais” e dois problemas da “arma de fogo”, onde em um campus ocorreu um disparo, e em outro caso o aluno deixou a arma amostra para o tutor ver.

Toda reunião, palestra, seminário, roda de conversa ou qualquer nome que seja atribuído para reunir as turmas a fim de debater sobre os conflitos ocorridos no curso costumam conceder um certificado de participação do aluno. Isso é um atrativo para que os iniciantes e veteranos compareçam em grande quantidade e estejam juntos no mesmo evento. Dito isto, nas palestras

<sup>16</sup> Comunicação feita pelo tutor Charles Rodrigues, no 1º período da turma 2017.2, na aula de Introdução aos Estudos sobre Segurança Pública do Curso de Tecnólogo em Segurança Pública, São Gonçalo-RJ.

que participei os referidos conflitos, citados anteriormente, não aconteceram com minha turma, mas estavam muito latentes. As palestras eram o fruto que estávamos colhendo por causa dos episódios ocorridos. Nessas reuniões, os alunos iniciantes tomaram conhecimento, através da coordenação do curso, de que maneira os conflitos aconteceram. Isso foi muito importante, pois, paralelamente, ouvia-se dos alunos veteranos, ou por algum colega que conhecia os envolvidos, que determinados conflitos não tiveram a intenção tão agravante como foi dada ao caso.

No período que estive no curso, as intervenções já ocorreram de forma preventiva. Em uma delas, estavam mediando o diálogo os professores Roberto Kant de Lima; Pedro Heitor com outros dois professores da UFF; a tutora coordenadora Thayná Moreira<sup>17</sup> e os tutores. Em outras estava o professor Veríssimo, a tutora coordenadora e os tutores. Todos adotavam o mesmo dispositivo de arrumação: as mesas dos debatedores voltadas de frente para os alunos. Iniciavam as apresentações, seguidas da justificativa daquela reunião, depois entrava no problema propriamente dito. Ao término, abriam espaço para que os alunos pudessem se manifestar, seguido de uma réplica. O que percebi naqueles encontros é que os alunos mais antigos procuravam sempre minimizar os fatos ocorridos e os novatos mais calados ouviam atentamente, mas a coordenação e os alunos iam construindo a semântica da administração dos conflitos por meio do diálogo transparente.

Para que os conflitos não voltassem a acontecer ou, pelo menos, não retornar ao estado do início do curso, foi adotado pela coordenação do InEAC um grupo de estudos por meio do Laboratório de Iniciação Acadêmica (InEAC) com a criação de um Grupo de Estudo em Segurança Pública (GESP) que, na figura do professor Veríssimo, atua em alguns polos para debater textos orientados por ele. Essa iniciativa tem obtido resultado positivo e preventivo de não reincidência nos mesmos conflitos; vêm aumentando a interação dos alunos com a pesquisa e estimulando na produção de conhecimentos científicos de Segurança Pública, com a oportunidade de esses trabalhos serem publicados na revista digital “Campo Minado”, uma revista do Curso de Tecnólogo em Segurança Pública.

Por fim, os conflitos não apresentaram divergências quanto ao tipo, mas uns tiveram mais relevância para os interlocutores dependendo da sua visão sobre eles. Assim, as comparações dos

<sup>17</sup> Graduada em Direito pela Universidade Cândido Mendes (2011); com especialização em Direito do Consumidor e Responsabilidade Civil; advogada; articuladora acadêmica e mediadora presencial do Curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social da Universidade Federal Fluminense - UFF / CEDERJ (Polo São Gonçalo). Fonte: <http://lattes.cnpq.br/9350467662321136>.

conflitos convergentes puderam levantar hipóteses sobre sua possível origem: ela está firmada na dificuldade cívico-militar do “aluno policial” devido a socialização institucional que recebem durante a vida militar.

## **2.2. Percepções dos interlocutores sobre a administração dos conflitos.**

Nesta etapa do trabalho, passarei a descrever as entrevistas realizadas com meus interlocutores com recorte dos conflitos mais importantes e as propostas de administração de conflitos ofertadas pelo InEAC aos tutores dos polos.

O professor Marcos Veríssimo foi entrevistado no dia 31 de maio de 2021, com duração aproximada de 40 minutos; Thayná Moreira foi entrevistada em 19 de maio, com duração de 60 minutos e Charles Rodrigues foi entrevistado em 05 de julho durante 60 minutos. Todas as entrevistas foram realizadas remotamente por meio da plataforma Google Meet.

Escolhi meus entrevistados de acordo com a função que desempenham no curso de tecnólogo para obter visões dos conflitos de diferentes pontos de vista. O “mediador de conflitos” está na figura do Professor Veríssimo, que conheci no polo ao realizar uma palestra no dia 06 abril de 2018, sobre “Maconheiros, Fumons Growers (estudo comparativo de cultivo caseiro de cannabis no Rio de Janeiro e Buenos Aires)”. Ele sempre apoiou os eventos acadêmicos do polo São Gonçalo, como palestrante ou compõe a mesa organizadora. Posteriormente, mantive contato com ele depois da criação do GESP, onde o mesmo coordena a roda de conversa com estudos orientados sobre Segurança Pública. Passei a frequentar essas reuniões quinzenais, a convite da tutora coordenadora, onde tive a oportunidade de escrever algo sobre Segurança Pública. Resultado: o texto voltou com muitas correções para serem feitas. Então, percebi que necessitava aprender mais para poder fazer, literalmente, uma pesquisa, pois as minhas convicções estavam baseadas no senso comum, no saber prático e na internalização de 30 anos de serviço militar. Esse fato marcou minha trajetória no curso de tecnólogo e foi uma das razões que me fizeram solicitar o reingresso no bacharelado

A Thayná exerce a função de tutora coordenadora - posição fundamental na entrevista - pois é aquela pessoa que todos os integrantes conhecem e está em todos os momentos da rotina do curso, em todos os acontecimentos; quer seja na aula inaugural, semana acadêmica, dias de provas e etc. Pode-se dizer que tudo que se refere ao aluno, no polo, passa por ela e,

consequentemente, encaminha todas as demandas à direção do polo e coordenação da UFF. Apesar de estar grávida no período que estava fechando os contatos para fazer a pesquisa, prontamente atendeu ao meu pedido de participação.

Outro importante entrevistado foi o tutor Charles Rodrigues da disciplina do 1º período de Introdução aos Estudos sobre Segurança Pública. Função essencial para que pudesse passar suas impressões de como os alunos recém-chegados se comportam diante do conteúdo do curso.

Por fim, incluí na pesquisa alguns trechos mais relevantes da entrevista do professor Pedro Heitor de Barros Geraldo, concedida à revista eletrônica “Campo Minado”, porque ele foi o primeiro coordenador do curso na UFF.

### **2.2.1. Conflitos mais relevantes no tecnólogo.**

Inicialmente, proponho a análise da seguinte pergunta que coloquei aos entrevistados: Quais foram os conflitos mais relevantes que o Sr. (a) poderia relatar no período em que esteve no curso de tecnólogo em segurança pública?

O professor Marcos Veríssimo respondeu que hoje os conflitos são outros, mas no início da implementação do curso, principalmente quando teve as primeiras provas, houve muitos conflitos; alunos colando na prova, problemas de relação de poder dentro do polo e o problema do tiro no polo de Campo Grande.

Na ocasião, não existia uma função de uma pessoa que pudesse ir aos polos. Era uma coisa que não existia e não era prevista pelo CEDERJ. Então se pensou em uma pessoa que tivesse alguma mobilidade para ir aos polos quando acontecessem os conflitos. E que passaram a acontecer com muita frequência quando tinha prova. Até [mesmo] antes da prova. [...] E grande parte desses conflitos aconteciam por uma dificuldade da convivência cívico-militar. (VERÍSSIMO, 2021).

Já Thayná Moreira aborda três conflitos que achou mais relevantes.

Alguns alunos, uma turma especificamente, não me reconhecia como apta para ocupar o cargo e aí gostariam que fosse outra pessoa que estivesse no local e, enfim: fizeram abaixo-assinado pra eu sair do polo para fazerem eleições e foi um período difícil e conflitante no sentido de que eu não ter nem começado exatamente como tutora coordenadora, pois, como eu disse só, começaria no terceiro semestre, e essa turma segunda turma do curso já me via como tutora coordenadora e confundia o meu papel dentro da faculdade e de certa forma queriam impor, né? E na faculdade não ocorre dessa forma. (THAYNA, 2021).

O segundo conflito apontado pela entrevistada foi na segunda turma do segundo semestre de 2014.

Eu lembro que ocorreu o lance de um tutor aplicando a prova, ele viu o aluno olhando a prova do outro colega, olhando o papel, algo assim e repreendeu o aluno falando: “Não olhe mais ou muda de lugar”, falou alguma coisa no sentido de repreender aquela postura. E o aluno respondeu: “a gente conversa lá fora, a gente vai resolver isso lá fora”. E, é lógico que a pessoa sente, principalmente que esse tutor que estava aplicando a prova não era tutor de segurança pública, então não estava acostumado a lidar com os alunos daquela turma. Então, quando um tutor escuta isso, acho que até eu também ficaria com medo, né? Poxa! Um militar, um policial militar quer resolver isso comigo lá fora só porque eu repreendi, ele num momento da prova? Que, que ele quer resolver comigo lá fora? (THAYNA, 2021).

E, na última resposta, a tutora coordenadora Thayná fala sobre outro caso de cola, nesse com uma possível agressão.

Foi o caso de outra tutora que também teve um confrontamento sobre cola na sala de aula, de uma prova de exatas que não é muito familiar ao aluno de segurança pública. E tinha um aluno lá no finalzinho da sala que estava com papel e ela foi pedir pra ele guardá-lo. Ele disse que não tinha papel nenhum. Enfim, daí foi aquela explosão, ele levantou pra cima dela. Ela disse que ele teria dado um tapa na mão dela, pois ela impôs de uma forma ríspida o dedo em riste, assim, então acho que ele se sentiu também ofendido com isso e deu um tapa na mão dela o que foi uma agressão porque dentro da sala de aula o professor é autoridade, quem tá aplicando a prova é o fiscal da prova, então ela se sentiu muito mal com isso e na hora eu estava ali. (THAYNA, 2021).

Meu terceiro entrevistado foi o tutor Charles Rodrigues, que respondeu que o principal conflito que tomou conhecimento foi a cola.

Nunca tive conflito com o aluno em relação à questão disciplinar, nenhuma, mas na questão acadêmica, sim. Conflitos, entendimentos e compreensão como que o aluno vê e que eu discordava, né? Já tive que encerrar uma aula por conta de um debate entre alunos, acalorado, mas tudo de uma forma bem tranquila. A questão acadêmica desse conflito {é} que o aluno já vem de uma naturalização da segurança pública. Esses conflitos foram enriquecedores; questão da arma, que tinha que ficar no lugar, depois teve a questão da cola, depois também a questão do tiro em Campo Grande, depois teve a questão da cola em São Gonçalo. Isso tudo veio de uma forma ou de outra a enriquecer ainda mais. Não é a forma da gente lidar com os alunos, mas da forma da gente lidar com essas questões. (CHARLES, 2021).

Em entrevista à revista Campo Minado, o professor Pedro Heitor fala sobre o período em que esteve à frente da coordenação do curso e relembra que houve conflitos como problemas de cola, onde foi necessária aula pública com o professor Kant de Lima. Contudo, o disparo de arma de fogo no polo de Campo Grande foi o maior e mais difícil de administrar.

O conflito em Campo Grande, por exemplo, saiu uma matéria informando que houve um tiroteio no polo de Campo Grande, mas foi um tiro. Aquilo foi muito difícil de administrar. O problema ali não foi só o disparo. O problema foi terem tratado aquilo como algo natural. Isso foi o problema. E olha que deu polícia, deu uma confusão danada. Eu não acompanhei o destino dos dois alunos. Mas o problema era os próprios alunos, eram todos policiais. Como você fala para um policial que ele está produzindo insegurança? Porque ele está levando arma para um lugar onde juridicamente está proibido de entrar com uma arma. Então, temos que lidar. Houve uma reunião em Campo Grande com auditório lotado de alunos argumentando e falando sobre como eles justificam essas práticas. Essas reuniões, que foram combinadas, sabíamos sempre a ordem de como orientar a discussão e os limites. (PEDRO HEITOR, 2021).

Como ponto central, o professor Veríssimo destaca em seu relato que grande parte dos conflitos se dava pela dificuldade de convivência cívico-militar. A tutora coordenadora Thayná endossa as palavras do professor Veríssimo quando fala sobre a dificuldade que passou quando um grupo de alunos que não a reconhecia apta para ocupar o cargo; fala sobre o caso em que o tutor ficou com medo ao ouvir de um policial que resolvia lá fora e, finaliza sua observação sobre a explosão do aluno ao ser interpelado pela tutora, que resultou nele batendo na mão dela por colocar a mão em riste. O tutor Charles aponta para o caso em que teve que encerrar uma aula por causa de debates acalorados. Adicionalmente, o professor Pedro Heitor relata que o problema foi ver o aluno tratando o disparo como algo natural naquele ambiente acadêmico, e em outro trecho ele aponta dificuldade de comunicação ao falar para um policial que ele está promovendo insegurança. Por fim, durante minha trajetória no curso, observei que alguns dos alunos com graduação militar inferior à do outro colega costumam adotar, na sala de aula, o mesmo tratamento hierárquico militar do quartel, chamando o colega mais antigo no quartel pela sua graduação (Sub ou Sargento).

Pode-se perceber que os três entrevistados convergem na ideia de que os policiais têm algum tipo de dificuldade de se relacionarem na universidade. Veríssimo e Thayná remetem a ideia do “choque-cultural” do próprio Veríssimo (2015), que trabalha com a categoria nativa “choque cultural” para explicar a uma compreensão antropológica refinada sobre o funcionamento do controle social das forças de segurança e os dilemas que trazem no ensino das universidades. Ele aponta que o “choque cultural” não decorre de uma “exclusão social” do “aluno policial”, mas sim da inclusão social, pessoal, psíquica e corporativa na categoria “policial”. Isso significa que quanto mais interiorizado for seu processo de inclusão nas lógicas de sociabilidades policiais, maior tende a ser o choque cultural. Em outras palavras, é aquilo que Muniz (1999) aponta como problema do universo cultural da polícia, onde policiais têm o seu campo de atuação exatamente no seu espaço de construção de sua cidadania, lugar de teste ou da prova de fogo. As motivações das discussões que acontecem nas aulas do tutor Charles, da disciplina de Introdução aos Estudos de Segurança Pública, estão ligados a razão que Moreira (2021) aponta, isto é, que, principalmente, os iniciantes, tendem a travar inúmeras disputas ao trazer os argumentos de autoridade vivenciados na corporação com a finalidade de desqualificar os conhecimentos científicos propostos pela Universidade.

Com outro olhar, o professor Pedro Heitor visualiza a naturalidade com que os alunos tratam determinadas questões de segurança, a qual foi refletida no que Kant de Lima (1989) refere-se ao falar sobre as práticas policiais representadas e hierarquizadas na sociedade, no sentido de que a “prática policial” estabelece na polícia quando comete um ilícito, em determinado momento, o caráter contaminador e desorganizador da ordem estabelecida.

Outro ponto que deve ser levado em consideração é a questão da hierarquia no ambiente acadêmico, pois se levando em conta o respeito como costumam se tratar, pode-se levantar a hipótese de que, nos debates acalorados descritos pelo tutor Charles, tenha ocorrido entre agentes de forças distintas ou entre alunos da mesma graduação; dois subtenentes ou dois sargentos.

Após verificação dos relatos, pode-se pensar na hipótese de que os agentes públicos costumam adotar tratamento hierárquico em suas relações pessoais na universidade, com isso em mente, é possível ponderar que tenham dificuldade no trato cívico-militar e, como resultado, em determinados momentos, diante de uma contrariedade sofrida, tenderem a perder a razão adotando um temperamento adverso, naturalizado pela vivência policial.

## 2.2.2. As propostas de “Administração de Conflitos” do InEAC.

Em um segundo momento, fiz a seguinte pergunta aos meus entrevistados: quais formas de administração de conflitos foram propostas pelo InEAC?

O professor Veríssimo explicou que no início o InEAC atuou indo aos polos e na coordenação, na figura dos professores Pedro Heitor e Kant de Lima e Monica Garelli<sup>18</sup>. E comunicou que os registros dessas palestras e encontros podem ser encontrados no portal do InEAC, em artigos, monografias e dossiês publicados em revistas científicas.

Começaram a fazer seminários para ensinar os tutores, para falar com os tutores sobre nossos estudantes, fazer seminários com os estudantes sobre a vida universitária, pois eles estavam na UFF, procurando se internalizar que eles eram estudantes e não precisavam ficar incomodados porque o tutor estava vigiando. Eles eram estudantes, estavam fazendo prova e a regra do CEDERJ é isso; não pode colar na prova, então, é uma coisa da ordem da burocracia, ou seja, nada pessoal. Foi feito seminário para discutir o problema com os alunos, foi feito aula magna sobre a cola, inclusive essa aula está até hoje no site do YouTube. O Kant e Pedro Heitor foram no polo que deu esse problema, a Monica Garelli também participou dessa aula. Então, foi isso. A gente foi meio que administrando

<sup>18</sup> Possui graduação em Matemática. Atualmente é técnico administrativo da Universidade Federal Fluminense e professor II da Fundação Pública Municipal de Educação de Niterói. Tem experiência na área de Matemática, com ênfase em Matemática, atuando principalmente no seguinte tema: prática pedagógica. Mestre em Sistemas de Gestão - Responsabilidade Social com ênfase em Educação a Distância coordenadora de Tutoria do Curso de Tecnólogo em Segurança Pública e Social da Universidade Federal Fluminense. Fonte: <https://www.escavador.com/sobre/5952565/>

esse problema que era, no início, relativa cola e aí depois a gente passou a ter um outro tipo de problema relativo às relações interpessoais. (VERÍSSIMO, 2021).

Sobre a mesma pergunta, a tutora coordenadora falou que sempre que ela recorria a coordenação do InEAC ou a direção do polo quando surgia um conflito, eles respondiam prontamente e buscavam uma solução do conflito através do diálogo.

Eles sempre propuseram roda de conversa, reuniões, aula pública. Tudo que eles se prontificaram a fazer era sempre com base no diálogo. Então, acho que essa questão do diálogo sempre permaneceu dentro do curso, até mesmo para a preparação dos tutores, eles nunca deixavam os tutores desamparados, tinha seminários semestralmente para os tutores participarem na UFF. Então, os tutores entravam na sala de aula sabendo como abordar certos assuntos da segurança pública e sabendo se posicionar no caso dos conflitos. (THAYNA, 2021).

O tutor respondeu que as questões dos conflitos sempre foram enriquecedoras na construção do curso e na forma de lidar com os alunos.

Todas as formas de administração de conflitos dentro dessas questões acadêmicas, todas as maneiras e as formas das pessoas que estiveram à frente, tanto do InEAC, quanto do tecnólogo foram sábias porque se respaldam pela questão da administração do conflito da melhor forma, né? Que a gente tivesse mais conhecimento para mediar da melhor forma, né? em cada contexto. (CHARLES, 2021).

O professor Pedro Heitor, entrevistado pela revista Campo Minado, disse que o curso constrói uma pedagogia da reflexividade.

Ensinais as pessoas a pensarem de outra maneira. Esse argumento foi construído em sala também. Imagine um auditório com mais de 100 alunos policiais, armados, sempre tem vários armados, perguntando sobre a universidade e, eu sempre perguntava se eles queriam aprender uma coisa nova ou confirmar o pensamento prévio deles. Isso mostrava pra eles que estavam na universidade para aprender alguma coisa. E o pior que pode acontecer com o aluno é ele não conseguir terminar o curso e não ter o diploma, nada, além disso. Ele nunca sofrerá nenhum tipo de sanção física, porque eles realmente acreditam que isso pode acontecer. (PEDRO HEITOR, 2021).

O ponto principal que se destaca no comentário do professor Veríssimo foi à adoção de seminários e palestras para falar com os tutores e para falar com os alunos. Já a tutora coordenadora Thayná cita os seminários e palestras com base no diálogo, pois proporciona ao tutor se posicionar nos conflitos. O tutor Charles comentou que os conflitos são enriquecedores.

O professor Pedro Heitor tem como ponto central a reflexão do aluno em saber se querem aprender algo novo ou continuar mantendo o pensamento prévio deles e, ainda que os alunos experimentem alguns fracassos no curso como se fosse algo pessoal contra eles. Ademais, eu como ouvinte das palestras do InEAC e participante do Grupo de Estudos em Segurança Pública, orientado pelo professor Veríssimo, destaco as impressões que tive:

A Primeira, foi ao ver os professores Pedro Heitor e Kant de Lima, no término de suas explanações, abrirem espaço para que os alunos fizessem suas colocações a despeito dos fatos

ocorridos, orientando a todos, mediando o debate de forma igualitária para que tais conflitos não pudessem mais voltar a ocorrer. Embora a universidade pudesse adotar medidas tradicionais impostas pelas normas de Direito Administrativo, tais como a abertura de processos de sindicância e exclusão de alunos, o InEAC, naquele momento, estava adotando uma postura diferenciada para o Curso de Segurança Pública, o que, por conseguinte, concilia a paráfrase de Dickmann e Dickmann (2019) na ideia de que educador e educando são indivíduos que constroem um processo de aprendizagem juntos, de forma horizontal, sem autoridade, mas com responsabilidade e diálogo.

A Segunda, diz respeito a aproximação do GESP do LABIAC, no polo, que fez com que o professor Veríssimo ficasse conhecido pela direção dos polos e de todos os alunos, passando a ser um referencial da UFF, presente no polo, junto a direção, a articuladora acadêmica, dos tutores e alunos, interagindo de forma frequente e preventiva. Tal fato, concorda com Pires et al. (2008) no argumento de que a escola é um lugar onde emergem diferenciados conflitos. Estes podem ser discutidos ou minimamente solucionados nos chamados conselhos de classe; nas reuniões de pais e mestres; em reuniões entre alunos e professores; em grupo de estudos; nos grêmios estudantis ou mesmo no gabinete do diretor da escola..

Pode-se dizer que todos entrevistados concordaram que o InEAC implementou o diálogo como resposta aos conflitos que foram surgindo no curso, sendo administrados através da realização de seminários, reuniões, grupo de estudos, aula magna e roda de conversa. Ele serve como instrumento de orientação tanto para os tutores quanto para os alunos. Os conhecimentos apresentados nessas convenções vêm sendo objeto de estudos com os quais são produzidas monografias, artigos, ensaios, entrevistas, resenhas etc.

Desta forma, podemos pensar que de todos os envolvidos compartilham do pensamento de que o meio de administração de conflitos adotados pela Universidade Federal Fluminense através InEAC, nos casos supramencionados, proporcionaram um caráter não punitivo, mas reflexivo, democrático, transparente, igualitário e humano. E ainda constata que a implementação do GESP do LABIAC diminui a distância aparente entre a UFF e o polo, atuando como meio preventivo de novos conflitos.

### **2.2.3. Como os interlocutores veem as “Resoluções de Conflitos”.**

Na sequência das perguntas, indaguei aos meus interlocutores se na opinião deles os procedimentos de “resolução de conflitos”, tais como: abertura de sindicância, suspensão ou exclusão de alunos, deveriam ser desencadeados no caso de reincidência pelo mesmo discente? Por quê?

O professor Veríssimo acredita que vai depender da gravidade do fato e, mesmo assim, é necessário que as pessoas envolvidas possam ser mediadas e que esses procedimentos não habituais sejam apenas uma oportunidade para que os problemas sejam administrados.

**Veríssimo:** Eu acho que depende do que se faz, não por “colar”. Só pra pensar no conflito que é o principal eu acho que depende da gravidade da situação, depende da natureza da falta.

**Eu:** A intimidação com arma de fogo?

**Veríssimo:** Ái eu acho que não tem que ter contemporização. Tem que haver apuração, porque o que é visto por uns como intimidação, pode ter sido um mal entendido para a pessoa que é acusada de intimidar. E aí esses instrumentos que você citou a sindicância e processo administrativo. Eles são uma possibilidade de deixar tudo às claras. Que esse processo administrativo, essa sindicância, seja uma oportunidade de as pessoas resolverem o problema daquele mal entendido. [...] eu estou dizendo assim que a maneira de lidar com isso é que possa ter alguém para mediar o encontro entre as pessoas que se desentenderam porque a princípio tudo pode ser um mal entendido, por isso que tem que haver essa conversa mediada.

A tutora coordenadora não acredita que essa postura de exclusão seja algo proveitoso para o curso, porque o curso prega outra visão.

Até mesmo por ser uma questão do CEDERJ, inclusive, que você já abre para o aluno estar ali dentro da faculdade. É algo que muitos não tem essa chance, não teve essa oportunidade antes, daí agora tem, por esse modelo de ensino. E então, ter alguma medida punitiva exclusiva, no sentido da exclusão, de excluir o aluno, acho que seria mais prejudicial do que proveitoso. Acredito que o melhor seria inserir ele através de um acordo, de um diálogo, dentro desses grupos de estudo, a participação do reincidente em um grupo de estudos, fazer uma pesquisa no próprio sentido da cola. [...] os conflitos ocorrem porque o aluno não está socializado, eu vejo isso acontecer, então se eu for aplicar uma medida punitiva de exclusão eu repetirei na prática que ele está acostumado lá no ambiente militar. (THAYNA, 2021).

O tutor Charles acredita que dizer ser contra esses meios de resolução de conflitos seja muito forte, contudo, concorda que cada caso é um caso e alguns devem ser vistos com naturalidade para que não traga para dentro da universidade as medidas adotadas nas instituições militares.

Dizer que é contra é uma coisa muito forte. Eu tenho uma opinião. Na época eu fui consultado, participei de várias reuniões com Pedro Heitor sobre essa questão de sindicância. Tinha a questão do plágio, também. É eu acho que cada caso é um caso, que tem que ser analisado, então em algumas reincidências precisam ser olhadas com muita tranquilidade e sabedoria porque senão você de uma forma ou de outra traz para dentro da academia a hierarquia militar, você precisa compreender e saber é administrar conflito dentro da academia. E, isso a gente faz muito. (CHARLES, 2021).

Na entrevista o professor Pedro Heitor aponta que no curso de tecnólogo deve-se levar em consideração que os policiais têm um treinamento muito duro, fazendo com que isso afete seu corpo. Sabe que faz parte das instituições o controle do corpo através do castigo, ou seja, ir preso. Por isso, identificado o problema, o produto principal é o diálogo.

Eles experimentam alguns fracassos no curso como se fosse algo pessoal contra eles. E isso foi uma coisa que tivemos que desconstruir identificando esses problemas, como ensinar os alunos a não se apoiarem em opiniões pessoais para se opor ao conteúdo das pesquisas sociais. (PEDRO HEITOR, 2021).

Observando as respostas, é possível perceber que o ponto central destacado pelo professor Veríssimo é que qualquer processo dependerá da gravidade e da natureza da falta, mas se, tal medida for adotada, deve-se ter como razão principal a oportunidade dos envolvidos resolverem os conflitos. Da mesma forma, Charles tem o entendimento que a adoção dessas medidas não pode ser descartada, mas sua adoção implica em trazer a hierarquia militar para dentro da academia. Ou seja, é preciso ter em mente que todos os casos devem ter uma medida e o aluno, uma vez matriculado na universidade, está sob a sua responsabilidade, sendo ele “o aluno”. Então, podemos conectar essa linha de pensamento a Muniz (1999), onde ele diz que a medida “vigiar quem vigia” está firmada em uma suspeita estruturante do paradoxo indispensável do controle do meio de “força policial”, pelo Estado, que representa o controle do comportamento do “agente da lei” pela instituição à qual pertence. Esse controle é decorrente daquilo que Kant de Lima (1989) refere ao falar sobre as práticas policiais representadas e hierarquizadas na sociedade, no sentido de que a “prática policial” estabelece na polícia quando comete um ilícito, em determinado momento.

Por sua vez, Thayná propõe que essas medidas de resolução de conflitos são prejudiciais ao aluno e, uma vez adotada, tornará a repetir a prática militar. Adicionalmente, o professor Pedro Heitor reflete a vida dos alunos policiais através do castigo que os militares sofrem e de como os fracassos interferem em suas relações, dando destaque para o diálogo como a solução para o conflito identificado. Com isso, pensa-se na ideia de Filloux (2010) em que se refere a Durkheim ao considerar na relação pedagógica que o “espírito de disciplina” não é disposto em total submissão a “autoridade autoritária”, mas que o poder do professor seja estabelecido em um ideal próprio, que fundamenta o princípio da autonomia da vontade, cuja posição abarca a sensibilidade para que o professor não permita injustiça contra o aluno.

## 2.2.4. As propostas de “Administração de Conflitos” pelos interlocutores.

Depois de escutar e descrever quais as propostas estabelecidas pelo InEAC, perguntei aos meus entrevistados, a partir da experiência vivenciada pelas coordenações e o corpo docente ao longo da existência do curso, se seria possível propor a inclusão de alguma nova atividade ou melhoria no protocolo de atuação para administrar futuros conflitos.

O professor Veríssimo acredita que pode melhorar sempre, e que se deve propiciar a criação de espaços em que as pessoas se sintam à vontade para falar daquilo que lhes incomoda.

O que pode melhorar sempre é a criação de espaços em que as pessoas se sintam à vontade para falar daquilo que as incomoda. Enfim, conflito se trata disso, você tem partes que de alguma maneira estão incomodadas, então a maneira de melhorar isso é a criação de espaços em que as pessoas não se sintam melindradas em discutir sobre aquilo que é incômodo. (VERÍSSIMO, 2021).

A tutora coordenadora Thayná afirma que ainda não tinha pensado em deixar algo escrito para que, caso ocorra uma emergência ou substituição dela, alguém que chegasse pudesse consultar todo acesso que ela teve durante os seminários e palestras, além do que, os cursos bacharelado e tecnólogo poderiam se integrar durante uma programação de visitas.

Amanhã, se eu não tiver mais como tutora lá no polo toda essa informação que eu tenho que eu tive nas reuniões seminários não tem escrito [...] a coordenação deve analisar também esse ponto. Mas o que eu vejo assim de importante, que deveria ocorrer [...] que viesse a ocorrer a integração do curso de bacharelado com tecnólogo, para o aluno de o tecnólogo ser levado até a faculdade e conhecer estrutura da faculdade da UFF. Em também trazer o aluno do bacharelado para o polo para conhecer a estrutura do CEDERJ. Porque às vezes eu vejo até certo distanciamento do aluno bacharelado que não conhece que é um tecnólogo. E o tecnólogo não sabe muito bem o que acontece no bacharelado. Que fosse uma excursão para os alunos. Bacharelado poderia ser na grade do curso de bacharelado já que existe um estágio supervisionado [...] para encurtar um pouco esse distanciamento e ao mesmo tempo promover a socialização deles dentro de um tema que é para o curso, o da Segurança Pública. (THAYNA, 2021).

O tutor Charles Rodrigues respondeu que é possível propor a inclusão de alguma atividade ou melhoria e cita que, com a pandemia, eles tiveram que se adaptar rapidamente ao modelo remoto, o que foi um desafio.

Com a pandemia, a gente não imaginava que fosse ficar remoto [...] a gente teve que exercitar essa questão [...] a gente vai ter que aprimorar né? [...] nosso desafio no curso de tecnólogo vai ser exatamente criar esses mecanismos de interação onde a gente consiga ter essa socialização que a gente tem sala de aula para levar para essa questão da tecnologia. Em relação aos conteúdos, eu acho que é uma tendência a gente melhorar cada vez mais [...] eu acho que a gente tem que rever disciplinas o que pode melhorar e acrescentar, fazer adendos as disciplinas e acrescentar textos. [...] novos assuntos que vão surgindo devem ser colocados em prática dentro do curso. Acho que é isso que eu estou querendo te falar, entendeu? Novos conteúdos, nova inserção, de novas disciplinas, eu acho que é uma

melhora natural de todo o curso, como exemplo: de blockchain<sup>19</sup> e criptomoedas<sup>20</sup> em relação aos seus impactos na Segurança Pública. (CHARLES, 2021).

A revista Campo Minado não fez essa pergunta ao professor Pedro Heitor, contudo conseguimos extrair uma similaridade de uma de suas respostas quando ele se refere a como o curso lhe ensinou a construir confiança na gestão e no ensino a distância.

O tecnólogo também, ele só funciona se tiver confiança. Toda vez que você aumenta o controle, como está acontecendo, aumenta a desconfiança e isso não é bom pra ninguém. Os controles começam a produzir conflitos onde não existia. Ou seja, desnecessariamente. Nossa escopo é formar os alunos. Temos que ter controle de qualidade, sim, mas não ficar produzindo relatório atrás de relatório que vai produzir um controle maior sobre a qualidade do curso, como tem acontecido. [...] Esses projetos que estamos investidos são muito importantes. Temos que pensar em formas que, mesmo que dentro da adversidade e, sempre contando com essas adversidades, encontrar novas formas de fazer as coisas. É claro que as dificuldades são muitas, mas não podem servir de justificativa para a gente não fazer nada. (PEDRO HEITOR, 2021).

Nesta etapa, vimos que a ideia central destacada pelo professor Veríssimo é permitir um ambiente em que as pessoas se sintam seguras em falar sobre seus conflitos. A tutora coordenadora Thayná visualiza diminuir o distanciamento dos cursos de bacharelado e tecnólogo de modo que eles estejam mais integrados. O tutor Charles percebe que, diante da pandemia, novos desafios surgiram para que houvesse uma rápida adequação aos recursos tecnológicos e a necessidade natural da atualização dos textos que tenham abordagem dos impactos das inovações tecnológicas na Segurança Pública. O professor Pedro Heitor chama a atenção para como o excesso de controle pode gerar conflitos. Por conseguinte, na posição de ex-aluno do curso de tecnólogo, incluiria a aproximação do tecnólogo com o bacharelado e adicionaria, ao final do último período do curso de tecnólogo sob a coordenação da disciplina Metodologia de Pesquisa, a produção de um pequeno ensaio acadêmico, relatório, carta, artigo ou resenha crítica. Todos esses aspectos vão cumprir o que Policarpo et al. (2014) pontuam sobre o papel de socialização política e como a escola o cumpre por meio das crianças (alunos) com valores cívicos para a

<sup>19</sup> Blockchain é um livro-razão compartilhado e imutável que facilita o processo de registro de transações e o rastreamento de ativos em uma rede empresarial. Um *ativo* pode ser tangível (uma casa, um carro, dinheiro, terras) ou intangível (propriedade intelectual, patentes, direitos autorais e criação de marcas). Praticamente qualquer item de valor pode ser rastreado e negociado em uma rede de blockchain, o que reduz os riscos e os custos para todos os envolvidos. Fonte: <http://www.imb.com>

<sup>20</sup> Criptomoedas são espécies de criptoativos. Elas surgiram pós-crise de 2008 do mercado norte-americano, com o objetivo de se tornarem uma alternativa às moedas tradicionais (por isso também são chamadas de moedas digitais ou moedas virtuais). Fonte: <https://investe.exame.com>.

produção da ordem social, pois podem garantir aos futuros adultos se comportarem como cidadãos, submetendo-se às regras e às leis estabelecidas no espaço público. Pois as sugestões, uma vez adotadas, incidem naquilo que Pires et. al. (2008) discorrem que é na escola, portanto, que ocorrem muitos dos interesses e pontos de vista que motivam o aluno a frequentá-la, tais como: encontrar amigos, relações afetivas, interesses emocionais, consultar a biblioteca, a prática de esportes etc. Sendo na escola onde as melhorias devem ser debatidas.

Nesta fase, foi possível concluir que quase todos os propósitos dos entrevistados foram divergentes, o que pode indicar a visão mais pessoal do ponto de vista da função que exercem. A minha sugestão, enquanto ex-aluno do tecnólogo, também é a interação entre os alunos dos dois cursos, podendo se dar por meio de atividade complementar. Também incluiria ao final do último período do curso de tecnólogo sob a coordenação da disciplina Metodologia de Pesquisa, a produção de um pequeno ensaio acadêmico, relatório, carta, artigo ou resenha crítica.

## CONCLUSÃO

Esse trabalho se propôs a apresentar um estudo sobre a administração de conflitos no Curso de Tecnólogo em Segurança Pública - identificados pela coordenação - inerentes à formação do curso que é oferecido exclusivamente para profissionais de segurança pública e que normalmente não recepcionam bem o conteúdo programático do curso e a socialização acadêmica.

A pesquisa tem uma discussão bibliográfica em torno da relevância acadêmica para o profissional de segurança pública com foco na administração de conflitos. Por meio da pesquisa bibliográfica, procurei abordar os temas da formação do policial, da resolução de conflitos, da administração de conflitos tanto de forma geral quanto aplicada no Curso de Tecnologia e Segurança Pública.

Para isso, dispõem de documentos formadores do Curso de Tecnólogo de Segurança Pública, bem como os combinados, seja de formas de administração de conflitos empregadas concretamente pela coordenação do curso seja pelos polos, para tratar das questões com os alunos do tecnólogo em segurança pública. As formas de administração de conflitos foram estudadas a partir da identificação dos conflitos mais importantes apontados pelos entrevistados.

Para a realização da pesquisa, os entrevistados foram escolhidos por ocuparem funções distintas dentro do curso que pudessem apresentar suas visões sobre os conflitos a partir de suas posições, proporcionando a verificação das diferenças de perspectivas.

No Capítulo 1, tratei das questões da metodologia empregada para análise da pesquisa, a formação do curso de tecnólogo em segurança pública e fiz um recorte entre duas categorias: “aluno policial” e o “militar aluno”.

Já no Capítulo 2, priorizei os relatos dos entrevistados sobre suas visões dos conflitos mais relevantes: a “cola” e os “conflitos interpessoais”, e quais foram as propostas relatadas por eles sobre a atuação do InNEAC na administração de conflitos junto ao corpo docente e discente e, ao final, suas sugestões para o Curso de Tecnólogo em Segurança Pública.

Como resultado da pesquisa quanto aos entrevistados:

Todos compartilham a ideia de que os policiais têm algum tipo de dificuldade de se relacionarem na universidade e que o fracasso muitas vezes é levado para o lado pessoal;

Que tutores em caso de cola já não adotam medidas de enfrentamento, mas registram os óbices na ATA de prova.

Os “alunos policiais” não recepcionam bem o conteúdo programático do curso e a socialização acadêmica devido a problemática que, segundo Veríssimo (2015), concerne a inclusão social, pessoal, psíquica e corporativa, as quais os “policiais” receberam em suas instituições de origem, culminando com o pensamento de Kant de Lima (1989) em que comprehende que os alunos tendem a adotar o tratamento hierárquico na sociedade (sala de aula), cuja a prática militar traduz ideal de comportamento na medida em que ele comete um ilícito. Acrescentando ainda o que Silva (2011) pondera a respeito do resultado entre a dualidade policial e militar, a qual acaba levando a disciplina militar para as ruas, conjugando os afazeres em dois mundos, “os de dentro” e “os de fora” dos quartéis. Assim como o figurou Muniz (1999) sobre a relação entre legalidade e legitimidade, os policiais têm o seu campo de atuação exatamente no seu espaço de construção, mesma da cidadania, lugar de teste ou da prova de fogo.

Embora o consórcio CEDERJ tenha na sua regulamentação a adoção de “resolução de conflitos” para todos os cursos, deixando a cargo de cada universidade a adoção de sanções mais severas, a UFF adotou meios de “administração de conflitos” que atenderam as demandas do Curso de Tecnólogo em Segurança Pública, distinto do que os agentes públicos estão acostumados no meio militar, dando-lhes oportunidade de expor seus problemas, de modo a produzir uma

pedagogia reflexiva com a realização de palestras, seminários e rodas de conversas baseadas no diálogo e na transparência entre a coordenação, a direção, os tutores e os alunos. Os registros desses eventos são encontrados em conteúdos científicos produzidos sobre o tema. Conclui-se que:

O Grupo de Estudos em Segurança Pública representa a diminuição da distância entre UFF, direção do polo, articuladora acadêmica e corpo discente, interagindo entre si, no que concerne a administração de conflitos;

As medidas de “resolução de conflitos”, no meio acadêmico, só devem ser empregadas em última instância;

As novas sugestões apresentadas podem servir para futuros estudos de viabilidade e implementação no curso, a criação de espaços e promoção de um ambiente em que as pessoas se sintam seguras em falar sobre seus conflitos, a integração entre os cursos do bacharelado e tecnólogo podendo ser como modalidade de atividade complementar, a adequação aos recursos tecnológicos e a necessidade natural da atualização dos textos que tenham abordagem dos impactos das inovações tecnológicas na segurança pública, a inclusão ao final do último período do curso de tecnólogo, sob a coordenação da disciplina Metodologia de Pesquisa, a produção de um pequeno ensaio acadêmico, relatório, carta, artigo ou resenha crítica;

E, por fim, a necessidade da verificação do excesso de controle para não gerar conflitos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPO MINADO, (01 de fevereiro de 2021). *Entrevista: Pedro Heitor Barros Geraldo, professor do Departamento de Segurança Pública da UFF, e primeiro coordenador do Curso de Tecnólogo em Segurança Pública e Social.* Disponível em: <https://periodicos.uff.br/campominado/article/view/48597/28508>.

DANIEL, Miller. (03 de maio de 2020). *Notas sobre a Pandemia: Como conduzir uma etnografia durante o isolamento social.* Disponível em: [https://blogdolabemus.com/wp-content/uploads/2020/05/Miller\\_Como-conduzir-uma-etnografia-durante-o-isolamento-social-convertido.pdf](https://blogdolabemus.com/wp-content/uploads/2020/05/Miller_Como-conduzir-uma-etnografia-durante-o-isolamento-social-convertido.pdf)

DECRETOS ESTADUAIS, (05 de março de 1983). *Decreto nº 6.579, aprova o regulamento disciplinar da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro – RDPM e dá outras providências.* Disponível em:  
<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/decest.nsf/532ff819a4c39de50325681f0061559e/85d7a32b4f996d5903256c230061d4c6?OpenDocument>.

DICKMANN, Ivo. DICKMANN, Ivânio. (2019). *Primeiras Palavras de Paulo Freire*, ed. 3, Chapecó-SC, Livrologia.

FILLOUX, Jean-Claude. (2010), *Émile Durkheim*. Tradução de Maria Lúcia Salles Boudet, 2a Edição, Recife, Massangana.

FOUREAUX, Rodrigo, (27 de janeiro de 2020). *O policial aluno pode entrar armado em sala de aula nas universidades?* meu site jurídico. Disponível em:  
<https://meusitejuridico.editorajuspodivm.com.br/2020/01/27/o-policial-aluno-pode-entrar-armado-em-sala-de-aula-nas-universidades/#:~:text=Caso%20esteja%20em%20servi%C3%A7o%20e,al%C3%A9m%20de%20se%20dar%20visibilidade.>

GARELLI, Monica (2021). *Uma reflexão sobre a qualidade do curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social na modalidade à distância*. Revista Campo Minado nº, 1 p. 74-94, Niterói (RJ).

KANT DE LIMA, Roberto. (1982), “*Cultura Jurídica e Práticas Polícias A TRADIÇÃO INQUISITORIAL*” Volume nº 4, ed. 10, São Paulo. Vértice.

MENDONÇA PINTO, Naylayne... et tal. (2014), *Conflito e Sociedade*. Volume Único, Rio de Janeiro, CEDERJ.

MOREIRA, Thayná (01 de fevereiro de 2021), *Agora é a minha vez: Curso de Tecnologia em Segurança Pública, inclusão social através do EAD*”. Revista Campo Minado nº, 1 p. 09-25, Niterói (RJ).

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. (2014). “*Ser Policial é, sobretudo, uma razão de ser*”, *Cultura e cotidiano da polícia militar do Estado do Rio de Janeiro*, tese apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Ciência Política. Rio de Janeiro.

PIRES, Lenin... et.al. (2007). *PoLícia e Comunidade: Temas e Desafios na Implantação de Conselhos Comunitários de Segurança*, Coleção: Instituto de Segurança Pública, Rio de Janeiro.

PLATAFORMA CEDERJ, (07 de setembro de 2021). *Guia do Aluno*. Disponível em: [https://graduacao.cederj.edu.br/arquivos/informacoes\\_academicas/Guia%20do%20estudante%2020212%20%20Final\\_o7nmgz6bv59pkuc03082021.pdf](https://graduacao.cederj.edu.br/arquivos/informacoes_academicas/Guia%20do%20estudante%2020212%20%20Final_o7nmgz6bv59pkuc03082021.pdf).

PLATAFORMA CEDERJ, (07 de setembro de 2021). *Guia do Curso*. Disponível em: [https://graduacao.cederj.edu.br/arquivos/informacoes\\_academicas/Guia%20do%20Curso%20%20SPU%202020\\_9nuae8nfnc89yap11022020.pdf](https://graduacao.cederj.edu.br/arquivos/informacoes_academicas/Guia%20do%20Curso%20%20SPU%202020_9nuae8nfnc89yap11022020.pdf).

PLATAFORMA CEDERJ, (07 de setembro de 2021). *Regimento Acadêmico Administrativo CEDERJ 2019*. Disponível em: [https://graduacao.cederj.edu.br/arquivos/informacoes\\_academicas/Reg%20Acad%20Adm%202019CEA%202020%2003%2024%20B\\_6tofnruitw5ztxg31032020.pdf](https://graduacao.cederj.edu.br/arquivos/informacoes_academicas/Reg%20Acad%20Adm%202019CEA%202020%2003%2024%20B_6tofnruitw5ztxg31032020.pdf).

PLATAFORMA CEDERJ, (07 de setembro de 2021). *Regras Acadêmicas e Política de conduta no ambiente virtual e presencial no consórcio CEDERJ*. Disponível em: [https://graduacao.cederj.edu.br/dmd/tutoriais/pdf/aluno/Politica\\_de\\_Conduta\\_Cederj.pdf](https://graduacao.cederj.edu.br/dmd/tutoriais/pdf/aluno/Politica_de_Conduta_Cederj.pdf). PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Casa Civil (26 de julho de 1983), *Decreto nº 58.545, Regulamento Disciplinar para a Marinha*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Atos/decretos/1983/D88545.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1983/D88545.html).

POLICARPO, Frederico... et tal. (2014), *Introdução aos estudos de Segurança Pública*. Volume Único, Rio de Janeiro, CEDERJ.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Casa Civil (26 de julho de 1983), *Decreto nº 58.545, Regulamento Disciplinar para o Exército e dá outras providências*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Atos/decretos/2002/d4346.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/2002/d4346.htm)>.

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, (29 de junho de 2021). Concurso de Seleção Pública para o Concurso de Seleção de graduação do Consórcio CEDERJ/UAB 2021/2. Disponível em: <https://www.cecierj.edu.br/wp-content/uploads/2021/06/Edital-de-Abertura-Retificado-4a-29-06-21.pdf>.

SILVA, Robson Rodrigues da Silva. (2011), *Entre a caserna e a rua: o dilema do pato. Uma análise antropológica da instituição militar a partir da Academia de Polícia Dom João VI*. Niterói (RJ), UFF.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, (28 de junho de 2018). *Curso de Tecnólogos em Segurança Pública e Social forma mais de 500 alunos*, disponível em

<http://www.uff.br/?q=events/curso-de-tecnologos-em-seguranca-publica-e-social-forma-mais-de-500-alunos>.

VERÍSSIMO, Marcos Alexandre da Silva. (2015). *Quando a Polícia vai à Faculdade: “inclusão social” ou “choque cultural”?* Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, XVII Congresso Brasileiro de Sociologia, Porto Alegre (RS).